ASSEMBLEIA DE FREGUESIA EXTRAORDINÁRIA DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022 GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DE MANIQUE DE CIMA ATA Nº 06/2022

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao abrigo do disposto da alínea a) do nº 1 do Art.º 12º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesia de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim), em 3º sessão extraordinária, no dia 16 de novembro de 2022 no Grupo Desportivo e Recreativo de Manique de Cima e é lavrada a presente ata ao abrigo do disposto no nº 2 do artº. 57º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos.

CONVOCATÓRIA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Usando das competências conferidas pela alínea a) do n° 1 do Artigo 12° , da Lei $75/20\,13$ de 12 de setembro e alínea b) do n° 1, do Artigo 14° da referida Lei, convoco V. Exa para tomar parte, como seu membro efetivo, na 3° Sessão Extraordinária deste órgão representativo da Freguesia, marcada para o dia:

16 DE NOVEMBRO DE 2022 pelas 20h30

A referida sessão terá lugar nas instalações do Grupo Desportivo e Recreativo de Manique de Cima situado na R. Fernando Pessoa Nº. 12 MANIQUE DE CIMA, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 PIP (Período de Intervenção do Público (30 minutos)
- PAOD (Período antes da Ordem do Dia (60 minutos)
- 3 INFORMAÇÕES
 - 3.1 Tomar conhecimento da informação recebida no passado dia 17 de outubro (n/Ref^a 5071) referente ao Espaço de Saúde Valentim.
- 4 POD (Período da Ordem do dia)
 - 4.1 Leitura e votação da Ata Nº 05/2022 da 3ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de 30 de setembro de 2022.
 - 4.2 Leitura e votação da proposta n.º 316-UFS/2022 referente ao Regulamento de Proteção de Dados, enquadrado na Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e Política de Gestão de Comentários nas Redes Sociais;
 - 4.3 Leitura e votação da proposta n.º 333-UFS/2022 referente ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da União das Freguesias de Sintra;
 - 4.4 Leitura e votação da Proposta 01/CF/PS/2022, referente á atribuição de um subsídio extraordinário às IPS's, Associações Culturais, Recreativas Desportivas e demais instituições de apoio da área de influência da União das Freguesias de Sintra.

Em conjunto com esta convocatória seguem os documentos digitalizados que servirão de base aos trabalhos da sessão ordinária, exceto os documentos dos pontos 4.1 e 4.4 (que serão oportuna e atempadamente) enviados.

Na eventualidade de necessitar documentos impressos, solicitamos que manifeste a sua vontade, para o email <u>agaspar@uniaodasfreguesias-sintra.pt</u> com a antecedência necessária para que os mesmos sejam disponibilizados pelos serviços da Junta de Freguesia em tempo útil.

Apresento os meus melhores cumprimentos,

Sintra 09 de novembro de 2022

O Presidente da Assembleia (Eduardo Duarte Casinhas)

A sessão foi presidida por Eduardo Duarte Casinhas (PPD/PSD Ind), secretariado por Frederico Miguel da Silva Madeira (PPD/PSD) em substituição do 1º Secretário da Mesa César Alberto Santos da Conceição (PPD/PSD. Ind) e por José Eduardo Milheiro Cabral Botelho (CDS/PP) em substituição da 2º Secretária Susana Maria Gonçalves de Miranda (CDS/PP).

Estiveram presentes, para além dos acima mencionados, os seguintes membros da Assembleia de Freguesia:

Pelo Partido Socialista (PS)

Antónia das Dores Baião Raminhos Carlos Alberto Moreira da Costa Alexandre Luís Albuquerque Quinhones Gaiolas Victor Manuel dos Santos Oliveira Henrique Monteiro Braga Paulo Jorge Gaspar Godinho

Pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD)

Ricardo Constantino Santos do Carmo Paula Fernanda Tojeira Maçãs Vendas José Mário Gastalho Meireles

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

José Maria Francisco Lopes

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU)

Maria Cristina Miranda Rodrigues Vasco Miguel dos Santos Ramos

Chega

Rui Miguel Quintas da Fonte Marta Mónica Bugalho Andrade de Melo

Bloco de Esquerda (BE)

Celina Marques dos Santos

Iniciativa Liberal (IL)

Ricardo Miguel Oliveira Duarte

A Junta de Freguesia esteve representada pelo seu Presidente, Paulo Alexandre Gomes Parracho Filipe, Ana Maria Faria dos Reis Carriço, Paula Cristina da Silva Bento dos Santos, Paulo Duarte dos Santos Pedroso José Carlos de Oliveira Domingues, (Chegou mais tarde. Presença na AM) e José Luís Gomes da Costa.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Vamos dar início à nossa sessão. Meus senhores, muito boa noite aos presentes e todos aqueles que nos seguem pelo Facebook. da União das Freguesias de Sintra e muito agradecido pela vossa presença e restante público. Conforme o n.º 1 da alínea b), do artigo 14.º, da Lei 75/2013, de 12 setembro, compete ao presidente e aos secretários abrir e dirigir os trabalhos, mantendo a disciplina das sessões. Vou perguntar à Assembleia se não se opõe a que o lugar de segundo-secretário seja ocupado pelo elemento do CDS José Botelho. Não há oposição chamo o vogal José Botelho para ocupar o lugar de segundo secretário.

Conforme convocatória constante do Edital n.º 11 de 09/11/2022, e estando reunidas as formalidades legais, declaro aberta a sessão. As substituições foram efetuadas de acordo com o artigo 11.º do Regimento. Verificaram-se as substituições que vão ficar enumeradas em mapa anexo que consta desta ata. Eu agradecia mais uma vez, que os partidos indicassem atempadamente e, se possível, os contactos para se proceder às substituições. Eu entreguei, em tempos, uma folha com os nomes dos candidatos e suplentes para preencherem. Há uma certa dificuldade para se fazerem as convocatórias pois as substituições estão a ser efetuadas com alguma dificuldade por parte dos serviços. Caríssimos, mais uma vez, boa noite! Vogais da Assembleia de Freguesia, presidente do Executivo Paulo Parracho, vogais do Executivo da Junta, público, colaboradores da Junta e a todos aqueles que nos seguem pelo Facebook. A todos muito obrigado. Um agradecimento à Direção do Grupo Desportivo e Recreativo de Manique de Cima, na pessoa do Sr. José Meireles, aqui sentado na bancada do lado direito pela cedência das instalações e respetivo acesso á internet.

Eu queria prestar um esclarecimento. No passado dia 7, efetuou-se uma reunião de líderes com a Mesa da Assembleia de Freguesia. Nessa reunião, o líder do Partido Socialista, Vítor Oliveira, sugeriu a

inclusão de um novo ponto para a Assembleia de Freguesia, que foi aceite. O líder do PS in formou que na sexta-feira seguinte, dia 11/11, enviaria a proposta a apresentar. Até à presente data não entrou nenhuma proposta. Perante estes factos, e tendo em consideração os n.ºs 8 e 9 do artigo 32.º do Regimento e que só a Junta de Freguesia, de acordo com as alíneas: alínea o) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei 75/2013, "compete deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para a freguesia, bem como a informação em defesa dos direitos dos cidadãos"; alínea v) do n.º 1 do artigo 16.º da mesma lei apoiar coletividades... "compete apoiar coletividades de natureza social, cultural, educativa e desportiva ou outra de interesse para a freguesia." Não pode a Mesa aceitar esta proposta para inclusão da Ordem de Trabalhos. No entanto, entende também a Mesa que se, em vez de uma proposta, o Partido Socialista entender apresentar uma recomendação, poderemos discutir e votar essa recomendação. Sr. Vitor Oliveira?

Victor Oliveira (PS): [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Eu agradecia. Não, eu estou a dizer isto é que, se sim, passamos a recomendação; se não, a Mesa retira a proposta por falta de enquadramento legal e regimental.

Victor Oliveira (PS): O Partido Socialista, em razão dessa matéria, quando for o período de antes da ordem do dia, irá tomar posição. Para já é não, não passa a recomendação. Portanto, não se discute essa matéria. Mas, ainda assim, no período antes da ordem do dia vai tomar a posição que Ihe compete. Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Portanto, perante esta informação, a Mesa não aceita e retira a proposta, por falta de enquadramento legal e regimental. Outro assunto: foi enviado um ofício aos Senhores Vogais a solicitar a inclusão de um ponto nesta Assembleia de Freguesia. Quem se opõe à inclusão deste ponto? Penso que todos receberam o ofício n.º 2120/2022CS acerca... apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários de tarifa social, de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas. Quem se opõe à inclusão deste ponto como extra Ordem de Trabalhos? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade a inclusão deste ponto extra ordem. Portanto, vamos dar início à terceira sessão extraordinária.

Ponto um: Período de intervenção do público: 30 minutos.

Quem está inscrito? Sr. Ilídio Monteiro, se faz favor. São 30 minutos, mas estão apenas duas pessoas inscritas. É o Nuno Pinto a seguir.

Ilídio Monteiro: Meus senhores e minhas senhoras, a todos muito boa noite. Votos de um resto de ano bom, um Natal em família, se assim o desejarem. Que seja bom também. E um Bom Ano de 2023 que bem precisamos. Senhor Presidente, eu mencionei nessa ficha que pretendia falar sobre o Regimento. **Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia):** Sr. Ilídio, desculpa lá que há aqui um lapso da minha parte. Eu queria solicitar ao Sr. Ilídio, se não se importa, que seja gravada a sua intervenção. **Ilídio Monteiro:** Sem problema.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Desculpe interromper. **Ilídio Monteiro:** Pronto. Parece que está a antecipar aquilo que eu... tomei conhecimento de que houve uma aprovação de um novo Regimento no passado dia 26 de abril e por acaso peguei nele, estive aqui a ler umas coisas e como não gosto de falar de ausentes, irei falar apenas de alguns artigos que estão neste Regimento e não falarei no outro que desapareceu e que previa e permitia a intervenção do público no final das sessões e que foi compromisso também desta Assembleia de que isso não seria retirado. Mas lá foi. Já foste!

Muito bem, Senhor Presidente, tendo em conta que no artigo 30 e qualquer coisa que fala justamente da intervenção do público e que... exatamente, no artigo 49.º e que permite ao Presidente da Assembleia, se tal não for possível, responder ao cidadão, esclarecer posteriormente por escrito, eu ia lhe pedir que afastasse esta possibilidade hoje, porque é um Regimento que foi aprovado pela Assembleia há pouco tempo e que o senhor terá participado na sua elaboração e como está muito fresco, deve tê-lo bem fresquinho na sua memória para me poder esclarecer. Então a questão que eu coloco tem a ver aqui com o artigo 35.º – Gravação de som e imagem em Assembleia. Portanto, diz o n.º 1 que as intervenções dos membros da Assembleia, a captação de imagens onde decorrem os

trabalhos que estão... por entidades externas aos serviços de apoio à Assembleia de Freguesia para divulgação depende da autorização prévia do Presidente da Assembleia de Freguesia, [00:10:00] podendo qualquer membro recusar autorização de recolha gravação de divulgação de ima gens a título individual. Eu retiro daqui que qualquer entidade que não sendo jornalista, como se refere o n.º 2, pode ser autorizada a vir aqui filmar – qualquer pessoa! – obter som, obter imagens e divulgá-la s. Apenas se permitindo aos elementos da Assembleia, que compõem a Assembleia de forma individual – também não percebo como é que isto é feito, se vai apagar lá a figura da pessoa ou o som da pessoa — não o fazer se assim o entenderem. Eu gostaria de saber se esta minha interpretação está correta, se isto permite a qualquer entidade que não seja aquela que está ali neste momento, que creio que será a própria Assembleia que está a fazer a gravação... se permitirá, por exemplo, como já aconteceu no passado, sem que tivesse – pelo menos que eu tivesse conhecimento – uma carteira profissional, a TV Saloia, captar imagens e som e divulgá-los em momento direto. Se isto permite fazê-lo. Gostaria que me explicasse.

Por outro lado, e porque é que eu, enquanto público, enquanto participante individual e não fazendo parte da Assembleia nem do órgão Executivo, não me posso pronunciar contra esta captação de imagens, sendo externa aos serviços da Assembleia, podendo fazer-se, pela leitura que faço, como disse, por quem não tem uma carteira profissional de jornalista. Porque depois o n.º 2 vem dizer que o regime definido no anterior não é aplicável aos órgãos de Comunicação Social, os quais deverão, sempre que possível, informar o Presidente da Assembleia. Portanto, legítimo. A Comunicação Social tem todo o direito de legitimidade para o fazer, mas parece-me que o Senhor Presidente tem aqui uma prerrogativa que vai muito além daquilo que me parece que seja o interesse das pessoas.

Por outro lado, o artigo 58.º também fala "as sessões da Assembleia são públicas, podem ser transmitidas via *internet*, não é permitida a recolha de imagens ou gravações [e agora explique-me o que é que isto quer dizer] externas à Assembleia de Freguesia sem consentimento da Mesa." O que é isto externas à Assembleia de Freguesia, sem consentimento da Mesa? Mas que imagens são estas e gravações que podem ser recolhidas externas à Assembleia?!

Por outro lado, também registei com desprazer o artigo 60.º em que diz claramente que este Regimento entra em vigor imediatamente a seguir à sua aprovação. É que nem sequer deu direito a ser publicado. Antes de ser publicado já estava em vigor. Parabéns! É assim que vamos conseguir cativar os cidadãos a participar nas assembleias. Mas isso, como dizia aqui há uns tempos atrás uma brilhante figura de um determinado Partido, não são as associações de moradores, nem outras pessoas assim desse tipo, que defendem os nossos interesses, somos nós os políticos. E é isso que parece que irá continuar a ser esta sala continuar ou se passará a estar cheia de elementos eleitos pelos partidos. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Não Identificado: [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Um momento só! Deixe falar o público e depois... o Sr. Nuno se faz favor. Eu agradecia que depois da intervenção do público.

Nuno Pinto: Boa noite. Obrigado. Boa noite a todos os presentes.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Nuno, autoriza-me...

Nuno Pinto: Sim, sim, autorizo que seja transmitida a minha imagem. Desde 2018 que testamos o serviço público da União de Freguesias de Sintra, porque o que conta é o resultado, é o serviço que determina se respeitamos e se somos respeitados. Existe um registo do nosso trabalho do qual somos testemunhas, mas acompanhamos o serviço da participação democrática desde 2017. Nós exigimos serviço junto desta Assembleia da União das Freguesias de Sintra, da Câmara Municipal de Sintra e dos SMAS, porque nós servimos e propusemos soluções que conseguimos implementar e por este caminho conseguimos cumprir com a nossa palavra e com o nosso dever, realizando serviços públicos. Está registada em ata. Estão registadas as ações que realizamos sem o apoio da União das Freguesias Sintra e da Câmara Municipal e quando fomos apoiados fomos apoiados limitadamente pela União das Freguesias de Sintra, que cumpriu com uma pequena parte do serviço e nós cumprimos com o serviço que nos deixaram fazer e fomos gratos a todos os que ajudaram, como é o nosso dever diante desta Assembleia. E depois das eleições não nos foi permitido continuar o nosso trabalho. Existe o nosso

registo e o registo que conta das atas das sessões de Assembleia, o que mostra absolutamente o resultado do nosso serviço e o resultado do serviço que foi ou não prestado pela União das Freguesias de Sintra. Praticamente temos um livro escrito com as atas das sessões públicas.

Na última sessão, o Senhor Vogal Rui Ramos quis que ficasse em ata que este saloio que nos representa não estava na sala. Mas este saloio foi beber um café e voltou para a sala. E quando chegou a casa, como é costume, ouviu as intervenções dos momentos em que não esteve presente ou que esteve menos atento. Mas nós podemos consultar juntos as atas do nosso trabalho comum desde 20 17 e depois saberemos todos concluir o resultado do serviço prestado a quem participa nestas assembleias e ao nosso povo no geral.

Está registado em ata a gratidão que o público demonstrou pela iniciativa do Ilídio Monteiro como Vogal desta Assembleia e fomos gratos a todos pela implementação de uma medida que simplesmente respeitava aos fregueses que assistem até ao fim, pois, podiam intervir, caso fosse necessário. Aprendemos todos como se faz uso da lei para melhor servir os fregueses. Se os fregueses que participam foram ignorados, como é que esta Assembleia pode alegar que serve todos os fregueses se não soube ouvir, aprender e servir os fregueses que participam nesta Assembleia? Outros usam a sua interpretação da lei contra os fregueses e dizem que foi decidido por unanimidade, porque as pessoas podiam ficar aqui até à meia-noite e depois corriam o risco de não poderem intervir. Mas esse caso nunca aconteceu, como muitos de nós aqui presentes podemos testemunhar e está registado em ata que essa medida funcionou e foi de mais-valia para os fregueses. Os raríssimos fregueses que participam demonstraram a sua gratidão. Não interessa que tenha sido decidido pela Comissão por unanimidade ou por maioria, porque não foi prestado o serviço aos fregueses que partici pam e o seu trabalho foi ignorado na tomada de decisão.

O tempo de intervenção do público pode ser de uma hora no máximo, e é escolhido o mínimo de meia hora. Mas os servidores públicos não podem decidir pelos fregueses e alegar que foi feito para o nosso bem, sem ter de contar com a experiência de quem participa. Nós não somos adversários de ninguém e fomos testemunhas que alguns servidores públicos respondem aos raríssimos fregueses e munícipes que participam como se fossem adversários. A nós, por exemplo, já nos tentaram ignorar tantas vezes. Estão aqui presentes pessoas que são testemunhas desse facto. Somos servidos com respostas, mas devemos ser ajudados e respeitados. Isso é que é serviço.

Desde 2018 que decidimos aprender se os nossos servidores públicos nos ajudavam com o que sabem e com o que podem, tal como cada um de nós. Nós oferecemos soluções que conseguimos implementar. O Irredutível Saloio é um projeto cultural de inclusão da população que presta homenagem à história local e à cultura saloia. Representamos nove associações locais, como referi em reuniões anteriores. Poderiam existir tantas outras parcerias, mas o serviço da União das Freguesias de Sintra não estava a ser cumprido e nós não quisemos servir com compromissos que não se realizam.

Projetos existem muitos, mas o nosso é transparente, porque esta Assembleia sempre foi informada e incluída. Todos os presentes desde então podiam e podem nos ajudar, porque a causa é comum. Deveria ser ao contrário, mas é a nossa porta que sempre esteve aberta e a vossa ajuda é bem-vinda. A nossa primeira missão que deu origem ao projeto foi a dinamização da Feira de São Pedro, que propusemos desde 2018. Tentamos marcar uma reunião com o Senhor Presidente desde dezembro de 2021. [00:20:00] Fomos servidos pela Câmara Municipal de Sintra primeiro, mas, felizmente, estamos aqui para agradecer ao Senhor Presidente que nos recebeu numa reunião com as parcerias a semana passada. A União das Freguesias de Sintra e a Câmara Municipal de Sintra irão receber o documento que pediram antes de tomarem a sua decisão sobre um trabalho que está a ser executado e o mais difícil já foi alcançado. Perguntamos a quem tem o dever de saber se existe algum projeto de inclusão da população que serve a cultura, a educação, o ambiente, o património, a cidadania, a qualidade de vida e a solidariedade com objetivos culturais, sociais e económicos. Quem quiser cumprir o seu dever e ajudar num projeto do nosso povo, nós estamos bem perto de todos a cumprir o nosso dever. Está registado quem nos serviu e quem não nos serviu. Nós continuaremos a servir o nosso povo. Sempre fomos gratos a quem praticou o bem, mas o que está escrito em ata revela que já nos tentaram ignorar tantas vezes e sabemos porque é que os fregueses não participam e quando participam não querem voltar. Nós já afirmamos que somos os melhores amigos dos servidores públicos, porque somos saloios e servos do povo. O nosso trabalho fala por nós, mas se não quiserem ser nossos amigos, o problema é vosso. Um dos nossos objetivos principais é fazer dos nossos servidores públicos heró is da nossa história real, que merece ser contada e agradecer publicamente pelo serviço prestado. É o serviço que determina se respeitamos e somos respeitados. Vale para todos nós! O resto é conversa fiada! O que conta é o resultado do serviço e se existiu boa ou má vontade no decorrer desse serviço.

Agradecemos ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, o Mestre Casinhas, por chamar os fregueses à segunda intervenção, quando a meia hora ainda não está esgotada. O nosso serviço é grato ao bom serviço do próximo. E o que exigimos de todos os presentes é boa vontade. Sobre Ranholas, Vale Flores, Chão de Meninos, São Pedro e outros locais, a aventura continua. Muito obrigado!

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado, Nuno. Agora res pondendo à primeira intervenção do Dr. Ilídio, eu não participei na elaboração, apenas estive presente e elaborei alguns rascunhos daquilo que foi dito pelos líderes dos partidos que procederam à elaboração do Regimento. Portanto, já houve manifestação de um dos líderes querer dar umas explicações acerca da intervenção do Sr. Ilídio. Eu pedia ao Ricardo Carmo que efetivamente desse algumas explicações.

Ricardo Carmo (PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Junta, Executivo, Vogais, público presente. Se me permitem um aparte, antes de entrar em explicações e ainda relacionado com o período antes da ordem do dia, não posso começar a dar estas explicações feitas pelos munícipes e pelos fregueses, que muito agradeço uma vez mais, estarem presentes, mas não posso deixar de realçar e manifestar o meu agrado com o facto de que todas as críticas que foram feitas foi ao Regimento desta Assembleia. Não temos críticas se as ruas estão sujas, se as escolas não estão a funcionar, se os espaços verdes estão mal tratados, se a carrinha não funciona, se a Secretaria da Junta não responde, se o Presidente da Junta não responde, se os Vogais da Junta não estão. Portanto, é sinal, uma vez mais, e de louvar e dar os parabéns ao nosso Executivo pelo trabalho desenvolvido, quando efetivamente as dúvidas que são aqui levantadas no período antes da ordem do dia numa Assembleia são exatamente sobre o Regimento que esta própria Assembleia fez.

Dando resposta aos Senhores Vogais, aos senhores fregueses que aqui estiveram e concretamente ao Sr. Ilídio Monteiro, para tentar explicar-lhe. Sei que o Sr. Ilídio Monteiro tem experiência do mundo autárquico, também já foi autarca, tem experiência. O artigo 35.º a base de dados... depois penso que aqui se o Senhor Vogal Victor também quer intervir, poderá explicar que até foi por iniciativa dele que este ponto 35 foi incluído e, portanto, o Senhor Vogal Victor poderá explicar. Em relação ao artigo 58.º, entra em articulação, exatamente com o artigo 35.º, diz que externos à União de Freguesias só podem gravar com o consentimento da Mesa. [00:25:00] Penso que complementa. A situação do artigo 35.º depois penso que o Senhor Vogal também manifestou interesse em explicar.

Em relação ao artigo 60.º, a entrada imediatamente em vigor, infelizmente, a Comissão teve que incluir este ponto sem publicação, porque o Regimento que tinha sido aprovado anteriormente estava ilegal. Tinha ilegalidades que foram detetadas pela Comissão. E, portanto, a forma de tornar o funcionamento legal foi efetivamente a entrada imediatamente em vigor, de forma a que esta Assembleia não continuasse a cometer as ilegalidades com o Regimento, que eu penso... que eu não estava cá, mas penso que o Sr. Dr. Ilídio Monteiro participou na sua elaboração. Tinha ilegalidades. E aliás foram detetadas na altura até inclusivamente pelos vogais. Todos repararam nessa situação e confirmaramna e por isso teve de entrar imediatamente em vigor. E penso que respondi às três questões que o Sr. Ilídio Monteiro apresentou. Aliás, depois falta... aqui o Senhor Vogal Victor apresentará sobre a outra questão.

Em relação ao Sr. Nuno, o que o Sr. Nuno referiu é exatamente uma das situações de ilegalidade. O Regimento da Assembleia, de qualquer Assembleia Municipal, de Freguesia, daquilo que seja, de forma alguma pode sobrepor a Lei Geral. E a Lei Geral das Autarquias Locais é a Lei... atualmente é a Lei 75/2013. E eu volto a repetir aquilo que lhe tenho dito desde o princípio do mandato e virei cá as vezes todas que for preciso até o meu amigo perceber. O artigo 49.º da Lei 75/2013, n.º 1 diz: "As sessões dos órgãos deliberativos das autarquias locais são públicos, sendo fixado nos termos do Regimento [que foi aquilo que nós fizemos] um período de intervenção e esclarecimento ao público." É a lei que

diz! E nós só cumprimos a lei! Temos que cumprir a lei! Temos a obrigação de cumprir a lei e fazer cumprir a lei! Portanto, não pode haver dois períodos de intervenção, só pode haver um.

Depois, a opção dos líderes ou dos elementos da Comissão... havia duas hipóteses: ou fazíamos a intervenção do público no início da sessão ou fazíamos a intervenção do público no firm da sessão, porque só pode haver um período. É o que a lei diz! Portanto, em Comissão entendemos que seria se calhar mais agradável para os fregueses poderem intervir logo no princípio, porque, co mo sabe, às vezes as assembleias, devido à sua dimensão e à necessidade, prolongam-se por muito tempo e se calhar alguém que queira vir apresentar uma situação pontual venha para aqui às 20h3 0. Se calhar não... no dia a seguir vai trabalhar, não tem muita disposição estar aqui até à 01h00 da manhã para poder falar. A bem da população entendemos que esse período tinha que ser feito no início, deveria ser feito no início da sessão. Portanto isto... eu tenho repetido isto em todas as assembleias. Sempre que o Sr. Nuno vem falar sobre este assunto eu tenho repetido. Penso que desta vez acho que fui suficientemente esclarecedor para perceber a questão. Portanto, não pode haver!

Agora, eu gostava – porque eu sei que a sua associação tem um trabalho válido, sei que a associação tem um trabalho que extravasa claramente os limites da nossa freguesia, que se espalha por todo o concelho – gostava muito, pessoalmente – é uma questão pessoal – que o Sr. Nuno fosse fazer esta intervenção à Assembleia Municipal de Sintra. É que o Regimento da Assembleia Municipal de Sintra é bem claro. É meia hora, no máximo quatro minutos por munícipe e no máximo oito munícipes. E mais, não volta a falar segunda vez. Portanto, acho que seria prudente também da sua parte, era oportuno, para bem das atividades que quer divulgar e fazer desenvolver, e bem na associação que o senhor faz parte, que faça a mesma queixa na Assembleia Municipal de Sintra. Era importante! É uma sugestão, um desafio à cidadania e à atividade cívica que eu deixo ao Sr. Nuno, que tenha a coragem de ir à Assembleia Municipal fazer exatamente uma intervenção como tem feito aqui desde o princípio do mandato, nas assembleias de freguesias. E nós continuaremos a recebê-lo. E cada vez que o senhor vier cá, eu darei a mesma explicação. Artigo 49.º, n.º 1 da Lei 75/2013. Muito obrigado, Senhor Presidente. Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Ricardo. [00:30:00] Eu não sei se o Vogal Victor Oliveira quer fazer alguma consideração.

Victor Oliveira (PS): Breve. Uma breve consideração.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): OK. Muito bem.

Victor Oliveira (PS): Ora, para já muito boa noite e o agradecimento à Direção daqui desta associação nos ter permitido estar aqui hoje. E para responder a esta pergunta feita pelo Sr. Ilídio Monteiro, freguês desta freguesia, eu em primeiro lugar gostaria de dizer o seguinte: enquanto membro dos vogais do Partido Socialista, eu quero dizer que o meu lugar aqui no exercício desse mandato é em prol dos fregueses e é em cumprimento desse mandato. Portanto, quer dizer que todas as minhas posições não serão posições individuais ou egoístas do meu interesse, mas sim na satisfação dos interesses dos fregueses. É para isso que nós todos aqui fomos eleitos.

Depois, quanto à interpretação do artigo 35.º, foi exatamente por ter havido uma gravação de uma entidade que nem sequer era órgão de Comunicação Social, que se foi procurar a melhor forma de se proceder às gravações e de haver divulgação, protegendo o direito à imagem de cada um de nós todos aqui dentro. Considerando no justo equilíbrio de que é... com o princípio de que estas sessões são públicas. Portanto, por um lado, temos que as sessões são públicas, logo a interpretação imediata seria se são públicas então podem ser difundidas; por outro lado, tem se o direito à imagem das pessoas que tem que ser protegido; por outro lado, temos o Regimento Geral de Proteção de Dados Pessoais. Também tem que ser equilibrado. E, por outro lado, tivemos e foi constatado por todos uma entidade que apareceu aqui, que não teve autorização de ninguém e que gravou a Assembleia. O que este 35.º diz corretamente é: pode ser gravado desde que a Mesa se pronuncie. Ou seja, a Mesa autorize. E autorize, assumindo a responsabilidade dessa mesma gravação. Tanto que a prática da Mesa tem sido, a cada um que intervém perguntar se dá o seu consentimento para que o som e imagem seja gravado. Logo, este artigo 35.º não pode ser interpretado meramente literal. Tem que haver vários princípios aqui em equação, em ordem a que percebamos que este artigo 35.º é uma garantia, não é uma prerrogativa do Senhor Presidente da Mesa. Sendo uma garantia a interpretação a partir daqui é fácil

e naturalmente que não vou estar agora aqui a fazer preleções de Direito sobre esse fa tor. E disse. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Victor.

Victor Oliveira (PS): Só acrescentando que este artigo 35.º não é uma originalidade. Já exi ste em vigor em várias freguesias do país. Portanto, não foi aqui uma emanação intelectual que eu tive, ou pseudointelectual que eu tive. Não fui saber como é que os outros faziam para melhor col her qual era a justa interpretação da própria lei. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Vitor. Foi se mpre esse o propósito da Comissão de Revisão e eu já felicitei em sessão, portanto o trabalho que foi realizado. Penso que a Cristina também... a Vogal Cristina queria intervir, também porque fez parte da Comissão de Revisão do Regimento. Eu queria também dar um esclarecimento em que o problema da Saloia TV, o problema que se verificou, foi no Regimento antigo. Não foi neste. Portanto, o problema que foi criado pela Saloia TV ainda este Regimento não estava em vigor. Faz favor Cristina.

Cristina Rodrigues (CDU): Boa noite a todos. Ao Senhor Presidente da Mesa, à Mesa, ao Senhor Presidente da Junta, o seu Executivo, Senhores Vogais e ao público presente, assim como aos funcionários. Pronto, eu vinha mesmo porque eu estive na Comissão do Regimento e queria dizer ao Sr. Ilídio Monteiro que, se ainda não se apercebeu, é só para lhe dizer que isto é outra As sembleia de Freguesia, não é a anterior freguesia. [00:35:00] Portanto, quem esteve... os vogais que estiveram na Comissão de Regimento são outras pessoas e interpretaram a lei. O Senhor Presidente da Mesa já o clarificou mais que uma vez, até que ele esteve presente nas reuniões, mas não fez parte, não participou ativamente. Estava presente, mas não estava. Foram os vogais que estavam com representantes das forças políticas é que fizeram o Regimento. E o Vogal Victor Oliveira também já o elucidou sobre o artigo 35.º. Eu, portanto, chego à conclusão que... eu fui ver outra vez o artigo. Eu não sei se o Sr. Ilídio quer que eu o leia, porque pelos vistos interpretou mal. Portanto, aconselho-o que o leia devidamente para ver o que está lá exatamente escrito, senão eu tenho todo o prazer em o ler para ficar elucidado. Obrigada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Cristina. Portanto este tempo que foi utilizado pelos representantes dos partidos não vai constar para a intervenção do público. Se alguém do público mais quiser intervir, faz favor. Nuno eu agradecia que fosse breve.

Nuno Pinto: Sim, sim Senhor Presidente. Portanto, nós tivemos a coragem de intervir na Assembleia Municipal. É verdade que a Democracia participativa aqui é uma nave espacial comparado com a Câmara Municipal de Sintra. Mas acho que temos que começar localmente, portanto é aqui onde deve haver essa maior abertura. E depois nós não viemos aqui falar sobre os problemas da nossa freguesia, porque somos nós que os estamos a resolver. Somos nós que estamos a fiscalizar a nossa freguesia. Ranholas, Vale flores, Chão de Meninos, São Pedro. Somos nós! Não é a União de Juntas de Freguesia, nem é o SMAS. E o Senhor Vogal Rui Ramos quando quiser pode nos ajudar. Nós temos trabalho para si. Nós temos trabalho agora já para este fim de semana e está convidado para nos ir ajudar, como é o seu dever, não é? E, vamos lá a explicar uma coisa: uma lei que não nos permite em 2022 intervimos no fim, é algo que...

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Oh, desculpe...

Nuno Pinto: É só para concluir, Senhor Presidente. Já foi... é algo... não, foi explicado, mas nós não temos que aceitar isso. Nós temos que aceitar isso?! Mas que Democracia é esta que nós assistimos até ao fim e, por uma questão de respeito, nós não podemos falar no fim?! Essa medida foi aplicada e foi um sucesso e o nosso povo correspondeu muito bem, foi muito bem-educado e muitas vezes não participávamos no fim, porque não era necessário e íamos para casa. Muito obrigado!

Ilidio Monteiro: [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): É que se entramos nisso ultrapassa tudo, mas muito rápido Ilídio se faz favor.

Ilídio Monteiro: Senhor Presidente, obrigado por permitir aqui um pequeno contraditório. Não vou contraditar o que foi dito pelo Senhor Vogal Rui. Creio que é Rui, não é?

Não Identificado: Ricardo.

Ilídio Monteiro: Ricardo. Peço desculpa, Ricardo. Mas vou me focar aqui no artigo 35.º. E o artigo 35.º não fala na Mesa. É uma prerrogativa do Presidente. É o que diz o artigo 35.º. É o Presidente! É o Presidente! E depois diz o artigo 48.º que pode ser esclarecido posteriormente por escri to. Então eu posso não saber ler e às vezes não sei mesmo ler. Vou requerer – uma vez que o Senhor Presidente delegou nas pessoas que fizeram parte da Comissão, estão mais dentro deste assunto – d ar-me esses esclarecimentos. Eu vou lhe pedir que delegue também esta sua competência, esta competência que existe para fazer por escrito para a senhora Vogal Cristina da CDU, me esclarecer por escrito aquilo que não conseguiu esclarecer. Obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Nuno, vamos deixar dessas picardias. Eu agradecia. Eu agradecia.

Ilídio Monteiro: Traga só isso, está bem? Não, mas eu gostava...

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Vamos lá ver uma coisa: eu não deleguei. Eu entendo que são os líderes, porque são eles que vão trabalhar na Assembleia...

Ilídio Monteiro: Senhor Presidente, permite-me só?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): ...que devem fazer o Regimento. Eu não sei se era no anterior...

Ilídio Monteiro: Não, mas este Regimento...

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Dr. Ilídio só um minuto. Eu estou a falar. Ilídio Monteiro: Com certeza.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): E, portanto, eu não deleguei, porque não é competência do Presidente elaborar o Regimento. Eu acho que a Democracia surge de diversas forças políticas, da direita à esquerda. Fizeram efetivamente e colaboraram. E saiu um Regimento que eu já enalteci o trabalho que foi efetuado. Mas eu não deleguei nada, porque não sou eu que faço o Regimento. Eu agradecia que terminasse Dr. Ilídio, está bem?

[00:40:00]

Ilídio Monteiro: Rapidamente. Este Regimento não foi aprovado para vigorar numa Comissão. Foi aprovado aqui! Foi aprovado aqui com os votos das bancadas.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): E, quando houver a interpretação do Regimento, eu farei essa interpretação. Farei essa interpretação.

Ilídio Monteiro: E a partir desse momento, o Regimento aplica-se após a sua aprovação aqui e após a publicação. Portanto, é o que está aqui que conta e não o que foi decidido ou falado na Comissão. Obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Terminou o período do público. Vamos expressar ao ponto...

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): No público? Sim senhor, Senhor Presidente.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos, à Mesa, aos diversos partidos aqui representados e respetivos autarcas e aos nossos munícipes aqui presentes, também com agradecimento à coletividade que nos acolhe mais uma vez para aqui estarmos numa Assembleia de Freguesia pública.

Eu ia ser muito rápido. Só duas coisas. Em relação ao Regimento, obviamente que o Executivo não tem nada a ver com esta matéria. Foi uma matéria que os partidos entenderam colocar sem acordo para esta aprovação. Mas é um... se quiserem uma observação pessoal de quem foi jornalista durante mais de 30 anos e que esteve presente em várias assembleias da República, Municipais, de Freguesia, não só em Sintra, mas obviamente que noutros sítios. E nunca fui impedido de gravar, de filmar, de fotografar. Nalgumas existe de facto a regra de comunicar – é uma cortesia – à Mesa ou ao Presidente da Mesa: "Olhe eu estou aqui, eu vou filmar, eu vou gravar." Assisti a sessões muito conturbadas. Por exemplo na Câmara de Sintra, num célebre mandato em que um Presidente perdeu esse mandato, em que houve um assessor de imprensa que tentou me tirar a cassete do gravador, porque achava que eu não podia transmitir aquilo. E depois foi no próprio gabinete de imprensa da Câmara que eu transmiti

aquelas declarações que eram pouco abonatórias para quem estava no poder, mas para a oposição também não eram muito melhores. Mas lá fiz o meu trabalho isento. Isto para dizer o quê? Eu Paulo Parracho, Carteira Profissional de Jornalista 1710, devidamente entregue na Comissão da Carteira Profissional desde o momento em que assumi este mandato. Mas serei sempre jornalista de profissão. Não me sentiria bem em qualquer sala onde um jornalista, seja da Saloia TV, ou seja da SIC, ou da CNN, ou de qualquer coisa que o seja, seja impedido de captar imagens ou de fazer o seu trabalho. Portanto, fica... se quiserem este meu alerta pessoal, acho que estamos... o 25 de Abril já foi há muito tempo. Estamos num país democrático e nunca, pelo menos pela minha parte, contribuirei para que alguém seja impedido de, no uso da sua profissão, no uso do seu trabalho, captar imagens ou fazer o seu trabalho aqui na nossa Assembleia.

Muito rapidamente. Só para responder ao Sr. Nuno Pinto, eu fiquei um bocadinho confuso com a intervenção do Nuno Borges Pinto, porque nós reunimos a plataforma que chamam o Irredutível Saloio, que envolve várias associações. Reunimos na Junta de Freguesia, delegação da Várzea de Sintra no passado dia 08 de novembro e agora eu parece que estou aqui com outra pessoa que não reuniu comigo, que não chegou a um acordo para fazermos um trabalho de animação da Feira de Sintra, porque quem ouve em casa diz assim: "Eh pá, aquele Presidente não ouve ninguém." Não! Cada vez que o senhor vem aqui propor o vosso trabalho para a Feira de Sintra, eu respondo que, enquanto a feira estiver no local provisório, não há condições para desenvolver ali mais do que aquilo que se faz. E tenho remetido qualquer acordo, qualquer tentativa de projeto para o momento em que a feira voltar ao seu lugar habitual, o Largo D. Fernando II. Reunimos no dia 08 de novembro e foi isso ficou esclarecido e combinado, em que iriam apresentar um projeto escrito, porque nós temos de ter coisas escritas para deliberar e para ajuizar, tal como a Câmara também vos pediu da mesma maneira. Isso ficou estabelecido. Agora o Nuno Borges Pinto chega aqui e diz que "depois das eleições não foi permitido continuar o seu trabalho. Já nos tentaram ignorar várias vezes. Somos os melhores amigos dos servidores públicos." Pois são. E nós queremos a vossa amizade e queremos o vosso trabalho e queremos a vossa cidadania. Mas quer dizer, têm que ser um bocadinho coerentes. Não podem estar, quando reúnem no gabinete do Presidente, somos todos muito amigos e depois quando é assembleias públicas, em que há aqui partidos da oposição, [00:45:00] em que há uma câmara a filmar para o Facebook, vêm aqui dizer aqui uma coisa e o seu contrário. Era só isto. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos entrar, portanto, no período de antes da ordem do dia, que tem a duração de 60 minutos e conforme o artigo 38.º sete minutos para cada força política e 11 minutos para o Executivo da Junta de Freguesia. Vai apresentar agora? Vai apresentar? [impercetível]

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Sim. O Victor Oliveira inscreveu-se. Quem é que se inscreve mais? José Maria. Está inscrito o Victor Oliveira e o José Maria, do CDS. Victor Oliveira do Partido Socialista. Faz favor Victor Oliveira.

Victor Oliveira (PS): Mais uma vez eu pedi a palavra, e agora no período antes da ordem do dia, para antes dizer o seguinte: – e suscitou-me esta vontade de começar por aqui, em função da intervenção do Senhor Presidente do Executivo, Paulo Parracho – vamos lá ver, o artigo 35º... se calhar também me cabe fazer uma explicação ao Senhor Presidente do Executivo não restringe a ação e o trabalho de qualquer órgão de Comunicação Social.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Eu não disse isso.

Victor Oliveira (PS): Não, disse. Já lhe vou dizer. Calma! Não restringe a ação de qualquer trabalhador da Comunicação Social. E, esclarecendo o Senhor Presidente, a Saloia TV não é um órgão de Comunicação Social, até porque não está registado como órgão de Comunicação Social. Se estivesse registado como órgão de Comunicação Social, caberia dentro da exceção do n.º 2 e podia fazer o seu trabalho, tal como o Senhor Presidente disse. Esta garantia do artigo 35.º é exatamente para aqueles que dizem que são o que não são, para não fazerem aquilo e terem oportunismos que não é correto.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): É liberdade. Liberdade.

Victor Oliveira (PS): Não, a liberdade tem regras. Senhor Presidente tem regras! A Dem ocracia tem regras! E nós, para sermos livres, temos que cumprir as regras. Pronto, não é só por dize r "eu sou da Comunicação Social"

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Democracia seletiva.

Victor Oliveira (PS): Senhor Presidente, recomendo-lhe desde já... e estou a gastar o meu tempo.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Senhor Presidente, diálogo gostaria que não existisse.

Victor Oliveira (PS): O Senhor Presidente desconte, porque isto foi um diálogo que o Senhor Presidente provocou. Não fui eu. Eu estava a querer terminar. O Senhor Presidente ripostou.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Desconto 10 segundos.

Victor Oliveira (PS): Não. Tem de descontar mais do que isso, porque ele matou mais do que isso. Portanto... o meu tempo, não é? Portanto, o artigo 35.º - continuo a afirmar - é uma garantia. Por outro lado, relativamente à retirada do ponto feito pelo Senhor Presidente com a invocação de legalidade, tenho de dizer Senhor Presidente desde já que, quando é a conferência de líderes é exatamente para isso, é para o Senhor Presidente dizer se pode aceitar ou não pode aceitar; e, por outro lado, não vir para a Assembleia e dizer que afinal não pode aceitar. É na conferência de líderes que se faz.

Por outro lado, eu congratulo-me de ter tido essa iniciativa, porque essa iniciativa foi percursor. E ainda bem que a Mesa provavelmente terá partilhado essa informação com o Executivo. Só peço ao Senhor Presidente é que também partilhe a mesma informação connosco ao mesmo tempo, porque levou a que o Executivo tomasse uma boa atitude. Foi excelente a minha intervenção de pedido deste ponto, porque os mais 15% que as associações de bombeiros vão ter teve a ver com a nossa iniciativa. E teve a ver muito bem! E ainda bem que assim foi! E dou-lhe os parabéns para nos ouvirem! E doulhe os parabéns para nos ouvirem! Isso só significa que estamos a trabalhar. Não, podem se rir à vontade, porque é o sinónimo, é a clareza que nos seguiram. É a clareza que conseguiram! É a clareza que nos seguiram! O Partido Socialista... Senhor Presidente pode contar com o Partido Socialista, que irá sempre ter iniciativas que levam o Executivo a fazer aquilo que já devia ter feito há muito. Disse. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Sr. Victor Oliveira, vamos lá ver, de eu ter aceite esse ponto, o senhor sabe bem que indicou apenas o enunciado do ponto, sem os considerandos da proposta. E foi isso que os líderes, foi isso que os líderes... também disse que aceitava. Não sabia o conteúdo, nem os considerandos. E, portanto, fui efetivamente iludido que seria já a tramitação da proposta [00:50:00] na sua totalidade. O que eu quero dizer é que a convocatória... e é assim: Victor Oliveira, eu transmito a informação e o senhor já me conhece há pouco tempo, mas quem me conhece há mais tempo sabe que o meu procedimento é esse. Ele recebe... o Senhor Presidente recebe a convocatória ao mesmo tempo que os vogais recebem. Portanto, é elaborada uma convocatória para o Presidente do Executivo e para as vogais. Em exatos termos. Idêntico. Apenas não vai dizer que devem pedir ou que é para pedir a documentação. Eu não sei se era assim anteriormente, penso que sim. Portanto, é assim que... portanto, não houve pela porta do cavalo qualquer informação. E eu digo, com toda a franqueza, tudo quanto seja de subsídios, embora o alargar dos subsídios é evidente que extravasa efetivamente o âmbito das dificuldades que hoje as pessoas estão a passar. Portanto, tudo quanto seja para questão social, tudo muito bem. E sabem que eu, quando estive na Junta, assim procedia e acho muito bem. Se a Junta também já fez algum adiantamento na área da habitação social, tenho que dar os parabéns. Quem está a seguir? José Maria. Defesa da honra pelo Senhor Presidente. Não identificado: [impercetível] Senhor Presidente a defesa da honra [impercetível] não é só o que

está.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Posso?

Não identificado: Só um minuto! Só um minuto!

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Não, eu vou dar intervenção primeiro, enquanto vejo aqui no Regimento, efetivamente a defesa da honra. José Maria, se faz favor. Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Então não me dá a palavra a mim?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Um momento só. Depois do José Maria. Há algum problema?

José Maria Lopes (CDS/PP): Muito boa noite. Assistimos aqui a um aumento de criati vidade e de espírito muito positivo da parte da bancada do PS, porque de facto vem-nos surpreender a qui com um número muito interessante. Mas só venho aqui por um outro motivo que é ler o voto de pesar do meu ilustre político e um cidadão deste país que merece que seja lido este voto de pesar. É o falecimento do Prof. Dr. Adriano Moreira.

Cumprimento, em primeiro lugar, o Senhor Presidente da Mesa, e na sua pessoa os restantes membros, o Senhor Presidente do Executivo, demais membros do Executivo, Senhoras e Senhores vogais, público presente e que nos chegue via Facebook, senhoras e senhores funcionários. Ao Senhor Presidente da Direção desta coletividade um agradecimento por disponibilizar este espaço.

No passado dia 23 de outubro faleceu aos 100 anos o Prof. Dr. Adriano José Alves Moreira, personalidade referencial no CDS e figura maior da história recente de Portugal. Nasceu a 0 6/09/1922, em Grijó de Vale Benfeito, perto de Macedo de Cavaleiros. Foi um português no superlativo. Representou o melhor da nação em muitos tempos diferentes. Foi um homem completo em todas as dimensões e encarnou como poucos os valores da Democracia Cristã que teve como essencial ao regime e fundamental no CDS. Enquanto jovem, começa por ser simpatizante da oposição democrática, assinando uma lista de um Movimento de Unidade Democrático (MUD) em 1945. Enquanto advogado, foi responsável pela petição do primeiro habeas corpus de que há memória em Portugal a favor do General Marques Godinho e do Almirante Mendes Cabeçadas, com base no argumento de que, tratando-se militares, não podiam estar detidos no Hospital Júlio de Matos às ordens da polícia política. Na sequência deste processo, foi detido na prisão de Aljube, onde foi companheiro de cela de Mário Soares. Concorreu a professor da Escola Superior Colonial, atual ISCSP, da qual chegou a ser diretor, [00:55:00] contribuindo para a reforma da instituição, tendo iniciado o estudo da Sociologia, Ciência Política, Relações Internacionais e Ciências Associadas como a Estratégia e a Geopolítica. Durante três anos, de 1957 a 1959, foi delegado de Portugal na ONU. Em 1959 é nomeado subsecretário de Estado da Administração Ultramarina e Ministro do Ultramar em 1961, pasta que manteve até 1963. Nos dois anos em que teve a pasta de Ministro do Ultramar, o Prof. Dr. Adriano Moreira viria a estabelecer uma política reformista que teve como principal marca a abolição do estatuto do indigenato, que impedia a quase totalidade dos habitantes das colónias de adquirirem nacionalidade portuguesa, permitindo aos indígenas aceder apenas à cidadania portuguesa e também à educação. Enquanto Ministro do Ultramar fundou o ensino superior nas colónias, ao fazer arrancar os estudos gerais universitários em Angola e Moçambique. Como governante, extinguiu o trabalho forçado e publicou o Código de Trabalho (Le Bureau international du Travail) considerado o mais avançado... foi considerado o mais avançado de África. António Oliveira Salazar não concordou com algumas das suas políticas e ameaçou-o de que mudaria de ministro se não as alterasse, ao que o Prof. Dr. Adriano Moreira respondeu: "Vossa Excelência acaba de mudar de ministro." Regressa então ao ISCSP, onde, a par da atividade como docente, desempenha no Instituto Superior Naval de Guerra, onde contribuiu para o derrube das barreiras entre os universos civis e militares. Depois da Revolução de 25 de Abril, voltando a abandonar o ISCSP na sequência de um processo de saneamento com mandado de prisão por ter exercido cargos governamentais durante o Estado Novo. Exilou-se no Brasil, onde foi professor na Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Escola de Comandos e do Estado-Maior e ainda na Escola Naval de Guerra do Brasil. Em 1977, o Prof. Dr. Adriano Moreira regressa a Portugal, onde os seus direitos repostos e podendo regressar ao ISCSP e adere ao CDS. Liderou o CDS entre 1986 e 1988, altura em que também foi eleito Vice-Presidente da União Europeia das Democracias Cristãs. Foi deputado entre 1980 e 85, Vice-Presidente da Assembleia da República entre 1991 e 1995, ano em que a ONU lhe atribuiu a medalha dos 50 anos, a única dada a uma personalidade portuguesa. Abandonou a atividade política partidária em 1995, mas continuou sempre atento ao que se passava em Portugal e no mundo. É autor de uma vasta obra sobre Política, Direito e Conjuntura Portuguesa. Em 2015 é indicado pelo CDS para o Conselho de Estado, onde exerceu funções até 2019. Além da licenciatura pela Universidade de Direito de Lisboa, foi ainda doutorado em Direito pelas Universidades

Complutense de Madrid, Doutor Honoris Causa pelas Universidades Portuguesas da Beira Interior e Aberta e brasileiras de Manaus, São Paulo, Bahia, Brasília e Rio de Janeiro. Curador Cândido Mendes no Rio de Janeiro e professor honorário da Universidade de Santa Maria, no Brasil. Foi ainda professor do Instituto Superior Naval de Guerra e da Universidade Católica Portuguesa. Foi nomeado, em 1998, Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, cargo de que se demiti u no final de 2006. Foi Curador Honorário da Fundação Oriente, Presidente Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa, fundador e Presidente Honorário da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, membro das Academias Brasileiras de Letras, Pernambucana de Letras, Internacional de Direito e Economia de São Paulo, das Academias da Marinha de Lisboa e das Ciências de Lisboa, da Academia de Ciencias Morales y Políticas de Madrid e da Academia Portuguesa da História. Foi ainda, designadamente, membro do Conselho da Fundação Luís Molina da Universidade de Évora, Presidente do Conselho de Fundadores do Instituto Dom João de Castro, Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Ciência Política, Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia de Ciências de Lisboa, Presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa e Presidente da Academia das Ciências de Lisboa. Foi distinguido com o Grã Oficial da Ordem Dom Infante ... do Infante Dom Henrique, [01:00:00] Cavaleiro da Grã-Cruz da Ordem de África, tendo sido condecorado com o Royal Victorian Order, a Grã-Cruz da Ordem de Isabel Católica, a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo e a Grã-Cruz da Ordem de São Silvestre Magno, juntamente com as Medalhas de Mérito Cultural da Defesa Nacional do Exército de Dom Afonso Henriques, Militar, serviços distintos da Marinha e de Mérito Aeronáutico. O Prof. Dr. Adriano Moreira foi um dos mais persistentes e profundos defensores do humanismo cristão em Portugal. Deixou um legado e uma vida longa de trabalho, docência e serviço, pensamento e livros, causas, visão geopolítica e liderança que marcaram cada um dos lugares por onde passou, nas universidades, nas Nações Unidas, no Governo, na Assembleia da República e no CDS. A sua ligação a Sintra ocorre em 1968, onde casou na extinta freguesia de São Martinho, com Isabel Mónica Mayer. Casamento que completou em agosto último, 54 anos. Assim, os elementos do CDS propõem a esta Assembleia de Freguesia prestar homenagem ao Prof. Dr. Adriano José Alves Moreira, guardar um minuto de silêncio em sua memória e endereçar à família as mais sentidas condolências. Eu não... está a votação? Não está a votação. Disse.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): O José Maria utilizou nove minutos – eu não quis interromper – portanto, ficou sem tempo, excedeu-o em dois minutos.

José Maria Lopes (CDS/PP): [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Pois, mas faz parte do PAOD e, portanto, está destinado quatro minutos. Sete minutos a cada força política. Podia ter sido aligeirado, ou pelo menos não ler, que ela foi entregue a todos os vogais. O artigo 46.º da defesa da honra sempre que um membro da Assembleia considere. O Senhor Presidente não é membro da Assembleia. Sr. Paulo Parracho faz favor. Defesa da honra.

Victor Oliveira (PS): Senhor Presidente, desculpe lá, vou ter de recorrer da sua decisão. [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Membro da Assembleia!

Victor Oliveira (PS): Leia se faz favor o artigo todo.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Não é membro da Assembleia, portanto não fundamenta nada. É o Presidente da Junta.

Victor Oliveira (PS): Desculpe? Desculpe?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Sim.

Victor Oliveira (PS): Está aqui a fazer o quê?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Está como Presidente da Junta.

Victor Oliveira (FS): Estamos aqui todos na Assembleia. [impercetível] defesa da honra. Tenho direito [sobreposição de vozes].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Sempre que o membro... portanto, eu interpreto isto, são os membros da Assembleia que se sentem ofendidos, não o Presidente da Junta. Então quer dizer, o Presidente da Junta não...

Victor Oliveira (PS): O Executivo faz parte desta Assembleia. Não está fora desta Assembleia. Não é [impercetível] da Assembleia. Peço desculpa Senhor Presidente...

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Não é membro desta Assembleia!

Victor Oliveira (PS): A única coisa que eu exijo Senhor Presidente que é o Senhor Presidente do Executivo diga...

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Victor Oliveira! Sr. Victor Oliveira a interpretação que eu tenho é esta: um membro. Ele não é membro, é Presidente da Junta, portanto faz favor. Pode utilizar a defesa da honra Paulo Parracho. Faz favor.

Victor Oliveira (PS): [impercetível] artigo 47.º quero interpor um recurso.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Senhor Presidente da Mesa, eu reti ro a questão da defesa da honra, porque é assim: então o Presidente da Junta está aqui nesta Assemblei a, é um saco de boxe, chamam-lhe o que quiserem e não tenho direito a defender a honra. É a Democraci a do Partido Socialista, que hoje já está aqui patente em dois exemplos: querem silenciar ou impedir que um órgão de comunicação... e não sei se está registado na ERC, não tenho que saber. Há instâncias para saber isso. E nós em Sintra temos uma Saloia TV e uma TV Sintra. E não podemos estar a dizer que a Saloia TV não pode vir aqui captar imagens. Mas depois damos entrevistas à TV Sintra. Quando digo damos, autarcas distintos eleitos pelo Partido Socialista. E eu também, também já dei. Até dei às duas que eu sou democrata. Portanto, a noção de Democracia ou somos democratas de abril todo o ano ou somos democratas só para o dia 25 de Abril por o cravo ao peito e dizer que somos os maiores. Mas, depois, quando chega a altura de dar exemplos de Democracia, não deixamos que o Presidente da Junta exerça a defesa da honra e vimos aqui dizer que há um canal de televisão bom ou mau. Eh pá, to dos temos o direito de gostar ou não gostar, concordar ou não concordar. Agora eu não me sinto bem e no dia em que estiver aqui esse canal de televisão, a Saloia TV e que não a deixem filmar, eu sou o primeiro a abandonar a sala. Fica aqui escrito, fique registado em ata. Pronto. Mas eu não quero entrar em confronto sobre o Regimento, que é uma matéria que não me diz respeito. Agora, quando o Senhor Vogal Victor Oliveira vem aqui utilizar um expediente enfim, já gasto, em que o Partido Socialista atribui muitas vezes [01:05:00] ao partido que está colocado à direita e ao líder desse partido na Assembleia da República. Eu estava a olhar para o Senhor Vogal Victor Oliveira, e estava a ver o Dr. André Ventura aí a falar. A demagogia era tanta, foi tanta, tanta, tanta.

Victor Oliveira (PS): Isso obriga-me a uma defesa da honra.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Defenda-se à vontade. Por mim tem todo o direito.

Victor Oliveira (PS): Obriga a isso, porque [sobreposição de vozes].

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Senhor Vogal Victor Oliveira! Senhor Vogal Victor Oliveira é assim: a Junta de Freguesia não anda aqui a reboque de ninguém. E eu não sei quando é que vocês tiveram reunião de líderes ou quando é que decidiram a Ordem de Trabalhos, nem o que é que decidiram. O que eu sei é que a 26 de outubro... não sei se foi antes, foi depois das vossas reuniões de líderes ou... não faço ideia! 26 de outubro! Registe, que é para depois não dizer... para quem nos ouve lá em casa, ficar a pensar que está a dizer a verdade quando não está. Está nas atas da Junta de Freguesia. Foram aprovados subsídios extraordinários às Instituições Particulares de Solidariedade Social que estão sediadas na freguesia e que prestam apoio social à nossa população. Com uma diferenciação clara as instituições que apenas operam no território da freguesia tiveram o apoio de 2.500,00€. Aquelas que, estando sediadas na freguesia, mas que prestam apoio à freguesia, mas também recebem apoios de outras juntas de freguesia, de outras entidades, tiveram um apoio menor. Isto a 26 de outubro. Nessa mesma reunião foi aprovado um subsídio que estava em falta em relação às outras associações de bombeiros que já tinham beneficiado do mesmo à Associação dos Bombeiros Voluntários de Colares, 10.000,00€. E já nessa altura quem esteve presente, o público que esteve presente, ouviu que - ficou ali escrito - também seria atribuído um subsídio extraordinário a todas as três corporações de bombeiros. Só que não íamos misturar na mesma reunião, estar a atribuir o subsídio que São Pedro e Sintra já tinham recebido a Colares e depois estar a atribuir, perante esse subsídio, mais um subsídio extraordinário. E esse ficou... foi decidido na reunião de 09 de outubro.

Dizer também que a 26 de outubro foi deliberado por este Executivo o aumento do apoio às famílias, concedido às famílias, o reforço de 15% nos apoios concedidos às famílias carenciadas da freguesia. 26 de outubro! O subsídio extraordinário para os bombeiros foi de 10%, mais ou meno s o nível da inflação, para atualizar os valores dos 10.000,00€ que tínhamos dado a cada uma das instituições. Portanto, 26 de outubro e 09 de outubro. 26 de outubro e 09 de novembro, peço desculpa. 26 de outubro, reunião pública. O público esteve presente e pode subscrever tudo aquilo que estou aqui a dizer. E, depois, 09 de novembro, o apoio extraordinário às associações de bombeiros que j á havia sido discutido a 26 de outubro, muito antes dos senhores reunirem e virem com esta proposta demagógica e absurda.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhor Presidente. Ricardo Carmo se faz favor.

Ricardo Carmo (PSD): Boa noite de novo. Eu confesso que não era para intervir, mas vinha só partilhar convosco... quando comecei a ouvir o Senhor Vogal Victor Oliveira confesso que tive... quando o Senhor Vogal Victor Oliveira começou a falar sobre a retirada deste ponto 4.4 da Ordem de Trabalhos, tive três pensamentos assim repentinos: o primeiro pensei que o Senhor Vogal Victor Oliveira vinha pedir desculpa a esta Assembleia, mas afinal não veio pedir desculpa, porque este agendamento que estava previsto, como já foi aqui devidamente justificado, é um verdadeiro erro de palmatória e ainda por cima feita por um jurista. Esta... a forma como estava feito o anúncio de proposta não tem enquadramento legal! Não há enquadramento legal para apresentar uma proposta nestes termos! Portanto eu pensei que... o meu primeiro pensamento foi: olha o Senhor Vogal Victor Oliveira vai se redimir e pedir desculpa.

Depois veio-me um segundo pensamento que me dava alguma esperança, que eu pensei que o Senhor Vogal vinha dar nota que, com alguma alegria, esta mesma proposta que foi retirada hoje aqui já tinha sido aprovada na Assembleia Municipal e em todas as assembleias de freguesias em que o Partido Socialista tem a maioria e vinha aqui reforçar a sua ideia. Vinha aqui reforçar a sua ideia e a sua proposta, no sentido de na próxima Assembleia entramos com uma recomendação deste género, uma vez que estávamos atrasados e aí o Senhor Vogal... pensei: olha vai ter razão. Finalmente vai ter razão, porque a União de Freguesias de Sintra atrasou-se em relação às outras freguesias do concelho e à Câmara Municipal que só tem nos bancos. Acho que neste momento já são 240 milhões lá guardado, ou 260 milhões. Eh pá se calhar podem dar uma ajuda um bocadinho melhor às coletividades do concelho do que a União de Freguesias com 1.200.000,00€ para todo o orçamento municipal. Mesmo assim, se calhar dá um bocadinho mais na proporção do que dá a Câmara Municipal. E, portanto, fiquei triste, desiludido porque esta efetivamente não foi a notícia que o Senhor Vogal Victor Oliveira nos veio dar.

É, depois, o terceiro pensamento que me veio foi: então, mas isto já foi tudo decidido. [impercetível] já tinha deliberado. Já tinham deliberado. Aquilo que o Senhor Vogal veio aqui dizer do apoio aos bombeiros, enaltecer-se com o apoio aos bombeiros já tinha sido anunciado na reunião de 28. A conferência de líderes até foi dia 07. Foi uma segunda-feira. Eu fui ver ao calendário. A conferência de líderes foi dia sete.

Não identificado: O Senhor Vogal não esteve lá.

Ricardo Carmo (PSD): Eu sei. Eu estava no Golegã. Foi dia sete. A conferência de líderes – desculpa – foi dia sete. Eu estava na Golegã. A feira da Golegã começou dia 04.

Não identificado: Mas o Senhor Presidente disse que aprovou a 09. Ricardo Carmo (PSD): Sim, mas que tinha sido anunciada a 29.

Não identificada: A segunda.

Ricardo Carmo (PSD): A segunda.

Não identificada: Estamos a falar da terceira.

Ricardo Carmo (PSD): Pronto. As instituições IPSS's...

Ricardo Carmo (PSD): Pronto. Posso continuar? Posso continuar?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Isto hoje está tudo...

Ricardo Carmo (PSD): Posso?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Vai haver... vai haver uma quantidade de vozes na ata impercetível. E depois não me venham dizer que funcionou o lápis azul.

Ricardo Carmo (PSD): Bom, a conferência de líderes foi dia 07. Foi uma segunda-feira. Eu estava na Feira da Golegã, vinha da Feira da Golegã e atrasei-me. E, portanto, no dia 28 já o Executivo tinha deliberado dar o apoio às IPPS's, já tinha deliberado dar o apoio aos bombeiros e já tinham falado reforçar o apoio aos bombeiros que tinham dado. E, infelizmente – infelizmente! – nós não assistimos da parte da Câmara Municipal a este acompanhar este reforço de apoio que é dado, particularmente aos bombeiros, mas a todas as coletividades do município. Gostávamos... ficávamos contentes que o Partido Socialista fizesse, ao contrário como se faz se calhar aqui ao lado em Rio de Mouro, que baixaram os subsídios para as coletividades, baixaram os apoios à realização das festas no Verão, sem qualquer justificação; ou no Algueirão que o próprio Presidente de Junta de Freguesia, que também é do Partido Socialista, se recusa a atender e a receber as coletividades (algumas coletividades) da freguesia, porque a Direção não tem elementos da cor do Partido Socialista. E temos pena. Aí é que se calhar também é importante reforçar a voz. Agora, lamentamos – lamentamos! – depois do Partido Socialista se ter apercebido que tinha feito uma coisa sem pés nem cabeça, a razão que o traz aqui é vir com situações que não são a verdade e que já estavam previamente resolvidas por este Executivo. Muito obrigado!

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado Ricardo. Usou cinco minutos e dez. Cristina Rodrigues faz favor. Depois é que está a Celina Santos.

Cristina Rodrigues (CDU): Eu...

Cristina Rodrigues (CDU): Eu estou um bocadinho baralhada em relação a este ponto 4.4, porque eu, entretanto vi a publicação da Junta a dizer que tinha atribuído o subsídio extraordinário às corporações de bombeiros. Eu não sei se posso fazer esta pergunta aqui, porque eu gostava de saber qual o impacto desta medida a nível orçamental. Porque tivemos uma revisão (a segunda revisão orçamental) a 30 de setembro, onde estas rubricas não estavam incluídas, ou se vamos ter revisões orçamentais cada vez que houver medidas, implementar novas medidas. Pronto, era... mas eu não sei se posso falar nisto agora, se depois posso falar mais adiante. Pronto. Mas a questão está posta.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Cristina, hoje não há apresentação da atividade da Junta, portanto podes... tens sete minutos para apresentar o quiseres.

Cristina Rodrigues (CDU): Eu ia... pronto, é assim: como isto... as coisas estão um bocado sobrepostas, na reunião de líderes o Vogal Victor Oliveira propôs a inclusão deste ponto, como, entretanto, o próprio Executivo já tinha tomado – pelos vistos – esta decisão de também fazer já... fazer estes apoios extraordinários, pronto se calhar é para dezembro que eu tenho que falar isto.

Victor Oliveira (PS): Senhor Presidente.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Um momento só! Só para esclarecimento, porque o que foi apresentado pelo Vogal do Partido Socialista foi que iria sugerir a inclusão de um novo ponto com o título "Proposta para atribuição de um subsídio extraordinários às IPSS's, associações culturais, recreativas, desportivas e demais instituições e apoio na área da influência da União das Freguesias de Sintra" e que na sexta-feira... até sexta-feira que entregaria o conteúdo da proposta. Foi assim, não foi? 11/11. Pronto, eu estou só a dizer isto porque não foi a proposta em si que foi apresentada. Foi apenas o título da proposta. Está a Celina. Não, está a Celina Santos, do Bloco de Esquerda primeiro e depois...

Victor Oliveira (PS): [impercetível] defesa da honra.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Victor Oliveira! Victor Oliveira! Não Identificado: Já passou o prazo!

Victor Oliveira (PS). Não passou nada, que eu já tinha dito antes. Antes já tinha dito, logo que o Senhor Presidente interviu...

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Celina, se faz favor.

Celina dos Santos (BE): Os meus cumprimentos a todos os presentes, ao Executivo, à Mesa, às instituições, um agradecimento ao Grupo Desportivo e Recreativo de Manique de Cima. Espero não vos desiludir. Não vou falar de Regimento, de honra, nem de propostas retiradas. Peço desculpa. Acho

que já vai longa. Todas as questões estão mais que tratadas e, portanto, levantarei aqui as questões que tinha para o Executivo, que me parecem sobejamente importantes e que não quero deixar de passar.

Em janeiro deste ano aprovámos uma moção sobre as obras na Portela. O inverno aproxima-se, as obras continuam exatamente o mesmo caos, trazendo insegurança para as pessoas mais velhas. A chuva, a lama, as quedas, os passeios mal terminados, mal repostos, os pisos continuam irregulares, os lancis são remendados com cimento. Portanto, uma obra que não se percebe. Não se percebe! E o que eu quero saber é: o Executivo percebe a obra que está a acontecer? Tem informação, tem prazos, tem planos, porque o inverno vem aí novamente. Esta questão foi levantada em janeiro. Ha via todo um plano, segundo a resposta do SMAS, mas não acontece nada. E estamos ainda pior que estávamos, porque somou as obras de ciclovia. Portanto, Portela é toda uma piscina neste momento.

Quero dar, ainda que atrasados, os parabéns pela remodelação do site à Junta, ao Executivo. Está muito melhor, está mais claro. Faltam ainda coisas para a transparência e venho sugeri-las. Já as sugerimos no passado, mas queremos voltar a deixar aqui algumas delas. Gostaríamos de ver no destaque não apenas a Feira de São Pedro, também temos um mercado na Estefânia e na Várzea. Sei que não são de gestão do Executivo, mas achamos que a página da União de Freguesias tem que refletir aquilo que existe na freguesia para quem chega e quer descobrir. E, portanto, sugeríamos acrescentar informação também destas dois espaços de comércio.

Lembramos também o compromisso de haver uma listagem dos concursos públicos atribuídos, os resultados. O mesmo para os resultados do associativismo. Não está disponível uma lista clara, uma tabela que diz quem recebeu o quê, para quê, tal como existe, por exemplo, no Orçamento Participativo. Isso está claro. Para os outros apoios não está claro.

E dizer também que tenho a expetativa que brevemente tenhamos um ponto de situação sobre os projetos do Orçamento Participativo, como estão, se estão terminados, executados, com um belo conjunto de fotografias, como é apanágio do Executivo. Portanto, esperamos também ver isso na página porque achamos que promove a transparência da nossa freguesia. Pronto.

E gostaria também de saber qual é a data prevista para o boletim, **[01:20:00]** a publicação dos textos que já mandámos há penso que um mês, se não me engano, ou mais. Também qual é o ponto de situação do boletim e da publicação *online*.

Finalmente, a Carris Metropolitana vai começar teoricamente em janeiro – teoricamente! – mas não temos qualquer informação de carreiras, de horários. A população não sabe de nada, portanto, gostamos de apelar aqui novamente ao Executivo para recolher informação, pressionar para ter essa informação e partilhar connosco aquela que tem, porque nos preocupa seriamente, a menos de um mês que estamos, não temos informação nenhuma para o dia 01 de janeiro. Obrigada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Celina. Utilizou três minutos e nove segundos. Vasco Santos.

Vasco Ramos (CDU): Agora é que está. Boa noite a todos. Os agradecimentos da praxe à coletividade, saudação ao Presidente da Mesa, ao Presidente do Executivo, aos membros do Executivo, aos vogais, ao público presente e aos funcionários.

Ainda bem que falo na sequência da Vogal do Bloco de Esquerda, porque também tinha algumas questões que já levantou. Portanto, não vou repeti-las. Vou acrescentar as que tinha aqui. Queria saber se existe algum ponto de situação sobre as obras no Jardim da Portela. A intervenção ali na Portela está muito intensa. Há muita atividade, mas também há muito lixo. A Celina já falou nisso. Há muitos passeios, há muita... há muito tempo em que não se percebe bem o que é que está a acontecer. Há vários dias em que não há trabalhadores lá. Não se percebe bem. A obra está parada, estou aqui a ouvir. De facto, como habitante no local, percebo isso. E há um conjunto de intervenções em simultâneo. Portanto, há ali uma obra no Jardim da Portela, em que às vezes há trabalhos, outros dias não há trabalhos, há a ciclovia que está parada e que tem segmentos que estão parados, alguns, creio, há nove meses, pelo menos. Há um buraquinho ali ao pé da escola que está por fazer e tinha lá uns arames há muito tempo. Alguém finalmente os retirou, porque havia perigo.

Depois uma pergunta: foi falado há algum tempo da possibilidade de intervenção — não é da responsabilidade da Junta de Freguesia, mas... − na Estação da Portela. Eu queria saber se existe algum − creio que foi na presidência aberta do Presidente da Câmara Municipal de Sintra, ali na Portela de Sintra − desenvolvimento a esse respeito.

Depois, em relação ao voto de pesar que foi apresentado pelo Vogal do CDS, eu ouvi que não ia ser votado. Os votos de pesar são votados também, não é? Pronto. Eu gostaria de dizer que a posição da CDU é clara, nós lamentamos a morte desta pessoa, como de qualquer outra. Pessoa que teve um percurso rico e diversificado. Mas essa diversidade não apaga as responsabilidades que assumiu enquanto governante durante a ditadura do Estado Novo e no quadro da guerra de indep endência de Angola, Guiné e Moçambique e por isso votaremos contra. Obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): OK Vasco. Victor fora de temp o. Defesa da honra. Quais são os motivos?

Victor Oliveira (PS): Um dos motivos é a tentativa de comparação [...] de forma negativa a uma pessoa que não está aqui presente e que não se pode defender. E procurando denegrir a própri a pessoa do Vogal. E isso justifica uma defesa da honra, nos termos do artigo 46.º. E para dizer o seguinte: Senhor Presidente do Executivo, este Vogal, enquanto aqui estiver, vai pautar sempre por uma questão de educação e sempre ser educado. Mesmo que esteja a perder sabe pedir desculpa. E não se precisa de refugiar com remoques ou com comparações negativas, principalmente para pessoas que não estão presentes e que não sabemos... e não vou entrar nesse jogo de fazer criar ideias negativas sobre outros. Isso cada um tem as ideias que tem sobre os outros. Agora, em Assembleia para defender os propósitos a que estamos aqui todos cometidos não é certo de ser feito, não é correto. E peço-lhe um pedido de desculpas por isso mesmo. Porque eu sou eu, chamo-me Victor Manuel Santos de Oliveira, tenho a minha forma de estar e mereço o seu respeito, assim como de todos. E, além disso, fica-lhe ainda pior estar a pôr uma pessoa que não está presente com uma imagem negativa sobre ela. Se ele estivesse aqui presente, agradecia que lhe fizesse esse... [01:25:00] essa afirmação negativa, porque aí estaríamos todos a lidar cara a cara uns com os outros. Pronto. Isto era a primeira questão da defesa da honra.

Segunda questão de defesa da honra é: Senhor Vogal Ricardo Carmo não é preciso, para defender o seu Partido, dizer que eu sou mau jurista ou cometo erros de Lana Caprina, porque a sua interpretação de legalidade deste ponto é errada e podia querer justificar. E podia-lhe dizer e explicar porque é que está certa. Assim como a decisão do Senhor Presidente está errada. Nós não ripostámos quanto a esse erro, porque já íamos retirar o ponto e já íamos retirar o ponto, porque o Senhor Presidente do Executivo disse aqui que o segundo apoio aprovou-o dia 09. A nossa conferência de líderes foi dia 07 e que foi aceite. Portanto, e há uma publicação no Facebook Senhor Presidente, salvo erro a dia 10. Salvo erro a dia 10!

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): [impercetível].

Victor Oliveira (PS): Diga?

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Vocês faziam Ordem de Trabalhos no mesmo dia, nós não. Fazemos muito antes.

Victor Oliveira (PS): Pois. Mas por isso aprovam depois de aparecer esse ponto. Não deixa de ser sintomático. E volto a afirmar, em afirmação de minha honra, eu, enquanto líder da bancada do Partido Socialista, assim como todos os mais membros, estaremos sempre dispostos a colaborar com iniciativas de pontos que favoreçam os fregueses. E para isso que nós aqui estamos! Senhor Presidente ficava-lhe bem, para além de me vir pedir desculpas pela comparação negativa, dizer assim: "Eh pá, de facto, ainda bem que vocês se lembraram porque nós tínhamos esquecido."

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): O senhor é que tem de me pedir desculpas pela crítica.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Vocês estão a falar tudo muito, mas não vai aparecer nada na gravação da conversa, porque vai dar impercetível, sobreposição de vozes e não se vai perceber. Portanto, mais uma vez, apelo a que a intervenção seja uma vez e que não se sobreponham as vozes. Está o Miguel Fonte, salvo erro, inscrito.

Miguel Fonte (CHEGA): Boa noite, Senhor Presidente, Executivo, vogais e público p resente. Eu começo por dizer que é lamentável tudo o que se está aqui a passar. É assim: nós estamos aqui, penso eu, para defender os interesses dos munícipes e tudo o que se passou aqui tem a sua razão de ser, mas é lamentável. E depois se nos questionarmos porque é que as pessoas não participam e não ouvem em direto no Facebook as sessões da Câmara, pelo que se passou hoje – e já vamos com não sei exatamente quanto tempo – será percetível porque é que as pessoas não participam. Já foram aqui aflorados alguns problemas que a freguesia tem na Portela e em montes de outros sítios. Está a chover imenso, não há escoamento da água, não há uma série de coisas e nós deveríamos, penso eu, que apresen tar medidas mais concretas. Nós temos uma série delas. Eu ainda esta semana estive reunido com o Vereador Eduardo Quintas a falar de uma série de problemas que aqui existe na nossa freguesia e acho que este tipo de política que se está aqui a fazer hoje, de facto considero lamentável. É assim: o Regimento foi aprovado. Bem ou mal aprovado, está aprovado. Todas as todas as bancadas concordaram. Portanto, a partir daí, eu penso que não há muito mais a dizer, nem sequer há conversa. Era só. Muito obrigado. Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Miguel. Utilizou um minuto e 30? Muito obrigado, Ricardo Carmo. Tens um minuto e 50 segundos Ricardo Carmo.

Ricardo Carmo (PSD): Em relação à intervenção do Vogal Miguel, tem toda a razão. Agora, o que nós não podemos deixar é que venham aqui ao microfone falar, dizer inverdades e nós ficamos calados, como se o que se vem aqui dizer fosse verdadeiro. Infelizmente temos que perder... e com razão Miguel. Se calhar temos que perder muito tempo em outras coisas que se calhar era mais importante – não é? – e estamos aqui a perder tempo, mas temos de vir aqui dizer as verdades. Infelizmente temos de vir aqui dizer as verdades, porque alguém vem aqui, porque lhe apetece, porque diz o que quer e o que lhe apetece e pronto. Mas é assim. É a vida. É a Democracia a funcionar. Temos que ouvir todos, e bem. E vamos ouvir todos. Mas não podemos deixar de vir aqui repor a verdade. Pronto. E é isso.

E só para dar aqui uma nota e vim porque penso que o Senhor Vogal Victor fez uma interpretação errada. Eu não disse que o senhor era um mau jurista, porque o Ronaldo também falha golos e é o melhor do mundo. OK, mas falha golos!

(Victor Oliveira (PS)?): Agora já está a elogiar.

Ricardo Carmo (PSD): Não, não estou a elogiar. Agora eu não disse que o senhor era mau jurista. O que eu disse, e reafirmo, é que fez uma coisa mal. Fazer uma coisa mal não implica que seja mau. É diferente! É verdade que esta proposta, como estava enunciada, não tem enquadramento legal. Ponto. Victor Oliveira (PS): Estava enunciado?

Ricardo Carmo (PSD): Estava enunciado. Desculpe, estava na Ordem de Trabalhos. Pronto. E eu sugiro-lhe – pronto para abreviar trabalho, porque eu sei que o Senhor Vogal é uma pessoa muito ocupada – que leia da Lei 75/2013 as alíneas o) e v) do artigo 16.º. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado, Ricardo. Já não há mais ninguém escrito. Vamos votar o voto de pesar. Está-me aqui a dizer que o Senhor Presidente queria falar. Faz favor.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Muito obrigado, Senhor Presidente. Pronto. Para este peditório não vou... da questão da reunião de líderes e o que é que nasceu primeiro, se foi o ovo, se foi a galinha. Os factos estão escritos em ata. Da reunião de líderes eu não tenho ata, porque não tenho que ter. Agora as atas do Executivo são públicas. 26 de outubro. Soube agora que a reunião de líderes foi a 07 de novembro. 26 de outubro. Está publicado, está no Facebook. Foi aprovado um conjunto de subsídios extraordinários às instituições que prestam apoio social na nossa freguesia. Na mesma reunião, 26 de outubro, que foi pública – portanto, eu não venho aqui inventar nada, esteve público presente que pode atestar o que eu vou dizer – foi também decidido que os bombeiros seriam contemplados com este apoio extraordinário. O que decidiram, o que reuniram, o que falaram a 07 de novembro? Não sei. Os factos dizem que a 26 de outubro tudo isto foi aprovado por decisão e competência deste Executivo. Por isso não venham pedir para pedir desculpas que não ofendi ninguém e até se comparasse – o CHEGA não vai levar a mal, obviamente – o deputado André Ventura ao deputado Victor Oliveira, estou até a elogiá-lo.

Bom, ah e dizer que também foi aprovado o apoio às famílias, o incremento de 15% nas comparticipações familiares, nas comparticipações para despesas de farmácia, despesas domésticas. Entre essas despesas domésticas, a Junta de Freguesia − não é mérito nosso, apenas noss o, porque já vem do passado − paga as bilhas de gás que agora o Governo pomposamente anunciou que ia dar 10,00€ a cada cidadão necessitado para a ajuda da bilha de gás. A Junta já compra a bilha de gás na totalidade. Obviamente que agora vamos também aderir a esse plano que foi anunciado há 15 dias, mas que só ontem é que chegou a proposta por parte da ANAFRE.

Quanto às perguntas e, agora sim, perguntas concretas e muito relativas à nossa atividade e aquilo que se passa na nossa freguesia, a deputada Celina do Bloco de Esquerda concordo com tudo aquilo que nos disse. As obras na Portela estão a ser uma preocupação, porque de facto, aquilo que eu tinha dito aqui em janeiro, que havia um plano, havia um projeto, as coisas estavam a andar bem, agora descambaram. As obras na Portela estão paradas e falo das obras dos SMAS. Portanto, a obra da ciclovia e a obra de recuperação... ou de instalação de novas condutas. As obras estão paradas há mais de um mês. Não se veem lá homens, não se vê lá ninguém e já tive uma reunião com o Diretor delegado do SMAS, na passada semana, que diz que está à procura de uma solução que permita ainda recuperar este empreiteiro e a atividade deste empreiteiro para que seja possível prosseguir a obra. Porque, enfim, todos sabemos como é que as coisas funcionam. Os preços subiram exponencialmente, esta obra já tinha sido adjudicada por um valor, enfim, ali no limite do mínimo. E agora o empreiteiro alega que, enfim, não tem dinheiro para continuar. Vamos esperar que tudo se resolva. E aquilo que eu pedi ao Diretor delegado do SMAS é que pelo menos - pelo menos! - tapem aqueles buracos, porque junto à estação é uma vergonha. Com estas chuvas... o inverno praticamente já chegou, com este temporal que temos tido agora, nos últimos dias, nas últimas semanas. E, de facto, é quase impossível transitar ali de carro, mas muito menos a pé. Há ali muita gente que vem do comboio, alunos do liceu [01:35:00] que têm que atravessar ali, passar pelo meio do lamaçal para chegar à escola, porque até os passeios estão destruídos. Portanto é passeios, é ruas, é lancis, tudo destruído. A nossa solidariedade... eu até esperava... isto é que era um assunto para agendar na Ordem de Trabalhos, chamarmos aqui o Diretor do SMAS para nos dar explicações sobre isto e para se comprometer aqui com prazos sobre esta obra. A renovação do site ainda não está terminada. Acolhemos bem as propostas que nos faz. De facto, os mercados da Estefânia e da Várzea não são geridos pela Junta de Freguesia - até poderiam ser - mas temos todo o gosto e interesse em divulgar a sua atividade e em promover de facto estes mercados que são ex-libris. De resto, com o mercado da Várzea temos uma relação muito próxima com... porque é um nicho mais pequeno, são poucos vendedores, mas são muito dinâmicos. Ainda agora apoiámos um magusto que eles lá fizeram, oferecendo as castanhas, enfim, tentando dinamizar um bocadinho mais aquele mercado. E divulgámos isso também no site e no Facebook.

A tabela dos subsídios eu penso que ela está publicada, poderá não estar é muito visível, mas é uma alteração que vamos fazer. De resto, se alguém quiser... eu tenho aqui uma folha com todos os subsídios atribuídos pela transferências e subsídios concedidos até ao momento pela Junta de Freguesia, que totalizam − já agora para complemento a tudo aquilo que foi dito aqui − 165.227,00€, cerca de 10% do nosso orçamento.

Depois a questão dos concursos está no *site*, está no portal, portanto está o *link* para o portal base.gov, onde estão todas as compras. Tudo aquilo que é legal e que é necessário divulgar. Portanto, está neste portal base.gov.

O boletim está em curso. Só aqui uma previsão... e já agora fica aqui também o desafio para todos os líderes de bancada, incluindo os da direita, PSD e CDS. Os textos que eu pedi no mês passado estão no site, são para o site, para o boletim hão de ser, se quiserem. Se quiserem publicar os mesmos são livres disso. Para o boletim sugiro que sejam feitos novos textos. E ia pedir que, até dia 30 de novembro, todas as bancadas, os líderes de todas as bancadas nos enviassem mais um texto. Caso queiram manter aquele texto no boletim em papel... o boletim vai ser durante o mês de dezembro. Caso queiram manter aquele texto pronto, informem. Por mim... a questão é dimensão. Pronto, porque é assim: no boletim temos o tamanho da folha, na *internet* o tamanho é infinito. Podem escrever 10.000, 15.000, 20.000, desde que haja alguém que leia. Pronto. No boletim, o limite é 3500 caracteres, por uma questão

também de leitura e de paginação. 3500 caracteres. Não, não. Eu quando fiz o convite diss e: este texto é para o site. Portanto, o site tem até lá um espaço para cada um dos partidos, aqueles que entenderam participar. Olha, o PSD e o CDS não participaram, o PS também não entregou. Isto assirm... e está o CHEGA, está o Bloco de Esquerda e está a CDU. Penso que é isso. Penso que são só os três que estão. Iniciativa Liberal também acho que não... não sei se enviou. Também não enviou. Pronto. Mas estão todos convidados, portanto para entregar, quer para o site, quer para o boletim. Se quis erem textos diferentes, abertura total, se quiserem manter os mesmos é só depois a questão de adaptarmos o espaço.

Muito rapidamente - depois o meu tempo também se esgota - a Carris Metropolitana não temos informação nenhuma. Foi um assunto e até creio que foi o Bloco de Esquerda que levantou na última Assembleia Municipal, e bem, é o Presidente da Câmara... sabem a resposta do Presidente da Câmara? Quando o Presidente da Câmara de Sintra não tem qualquer informação sobre a Carris Metropolitana em Sintra, o Presidente da Junta, enfim, é o que menos tem. Só vejo uns sinaizinhos amare los que nem opinião perguntaram à Junta de Freguesia sobre a localização de novas paragens de autocarro, tanto é que foi colocada uma paragem de autocarro - por acaso é perto da minha casa, mas não é por aí - num local em que foi utilizado terreno privado para implantarem a paragem de autocarro, os proprietários protestaram de imediato. Eu recebi esse protesto na Junta de Freguesia e, depois à noite, quando passei para casa, o sinal já lá não estava. Estava no caixote do lixo. Não vou aqui acusar ninguém, mas não é difícil perceber que esse assunto não teve qualquer discussão, não teve qualquer critério, porque havia sítios até bem melhores para colocar aquela paragem de autocarro nova. É uma paragem nova. Portanto, é uma carreira nova, com um percurso novo que vai ser feito, mas não foi discutido com ninguém. Não perguntaram a opinião. Pelo menos a este Executivo ninguém perguntou qualquer opinião. Vasco Santos. As obras do Jardim da Portela não estão de modo algum relacionadas com as outras obras. Estas obras estão a ser feitas em parceria... entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Só param... há dias em que param porque está a chover. Por exemplo, hoje estavam previstas pinturas nos muretes e no corrimão das escadas e, obviamente, com a chuva não se pode pintar. A Estação da Portela aquilo que nós falámos aqui, que resultou da presidência aberta, era a instalação de novo mobiliário urbano através de um concurso público que a Câmara lançou para a instalação de mobiliário urbano em todo o concelho em duas zonas, numa das quais a nossa freguesia, em que prevê novos abrigos para o lado do norte do interface e as tais os tais sanitários públicos que há tanto tempo são aqui reclamados, e muito bem, estão previstos nesse concurso. Esse concurso foi agora novamente à Assembleia Municipal para pedir uma prorrogação do prazo, porque foram colocadas algumas questões - a que a Câmara vai ter que responder - por parte dos concorrentes. Portanto, é mais um atraso no concurso que ainda não está em vigor. E penso que respondi a tudo. Se houver alguma coisa que não tenha respondido, façam favor. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhor Presidente. Depois poderia remeter para... Senhor Presidente, portanto, a listagem, se ela está... podia depois enviar para a Mesa da Assembleia, que eu farei chegar hoje aos vogais.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Em ficheiro ou em papel?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Em ficheiro. Em ficheiro. Os papéis já cá ficaram, não é?

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): OK. Muito obrigado. Um momento só! Vasco Santos faz favor! Está o Miguel Fonte primeiro. Está o Miguel Fonte. Vasco desculpe. Miguel Fonte

Miguel Fonte (CHEGA): [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Tem que ficar gravado Miguel. Desculpe lá. Tem que ficar gravado e isso em assim não dá.

Miguel Fonte (CHEGA): Depois do que eu tinha dito, era só para referir mais uma vez que o Senhor Presidente Paulo Parracho referiu mais uma vez o Presidente do meu partido, não consigo perceber

porquê, nem consigo perceber o tipo de piada, mas acho que não lhe fica bem. Mas era s ó um. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Miguel. Vasco Santos, faz favor.

Vasco Ramos (CDU): Quase não se justificava que eu viesse aqui. Eu vinha só dizer que apoiamos, como sugeriu o Presidente do Executivo, que o Presidente, que o Diretor das obras dos SMAS seja convocado para uma próxima reunião para vir cá dar esclarecimentos e procurar soluções para os problemas que foram levantados aqui hoje. Eu chamo-me Vasco Santos, mas o nome pelo qual sou conhecido é Vasco Ramos. Sou Santos Ramos, mas... é só Ramos. Pronto. Obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado. E desculpa. Está mais alguém escrito? Está o Victor, não é? Victor, se faz favor.

Victor Oliveira (PS): [impercetível] à Mesa para gestão e para nós percebermos a gestão dos tempos. Qual foi os tempos utilizados de resposta neste PAOD pelo Executivo.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): 12'41, salvo erro. 12'41, contando com a interpelação que houve [impercetível] da defesa da honra. 12'41.

Victor Oliveira (PS): Sim. Mas, nos termos do Regimento, cabe 11 minutos.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): 11.

Victor Oliveira (PS): 11 minutos.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Foi utilizado 12'41. Já agora o Partido Socialista 6'35. Vai-me dizendo.

1.º Secretário de Mesa da Assembleia: Sem a defesa da honra, 6'35; CDU, 4'19; o Bloco de Esquerda, 3'09; o CHEGA 1'21; o CDS, 9'02; o PSD 6'51 e o Executivo 12'41.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Só a leitura do voto de pesar foi de sete minutos e não sei quanto.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Não. A leitura foi nove? Foi nove. [impercetível] a intervenção. Desculpem, foi 9'02. É o que está aqui, o tempo total. Um momento só. A iniciativa liberal não teve tempo. A CDU ainda tem tempo. Cristina se faz favor.

Cristina Rodrigues (CDU): É super rápido. Queria pedir ao Senhor Presidente da Junta essa listagem que diz que tem.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Eu vou remeter. Eu vou remeter. Ele vai mandar porque eu pedi. Eu pedi para remeter depois para os vogais.

Cristina Rodrigues (CDU): Ah pronto, Vai ficar em papel?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Sim.

Cristina Rodrigues (CDU): Pois, eu quero em papel, senão depois eu tenho de estar a pedir.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Exatamente. Foi isso que eu solicitei. Celina, ainda tem tempo, se faz favor. Aqui... temos de pedir ao Executivo para arranjar o suporte para cada força política.

Celina dos Santos (BE): Eu só queria duas questões clarificar aqui. A primeira é eu sei que o link para o base está disponível. Acha que os fregueses têm é direito a chegar e ter uma lista triada dos concursos lançados e dos resultados, porque muitos fregueses não vão estar a vasculhar literalmente o base. Acho que podem ter esse serviço da própria Junta, que tem seguramente internamente a sua tabela. Portanto, é uma questão de a publicar. Sobre publicação dos textos no site, eu queria saber em que menu é que eles estão, os textos dos partidos, em que menu é que estão. E se foram lançados também no Facebook e nas redes sociais.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Sim.

Celma dos Santos (BE): Pronto. No meu não aparece, portanto, não consigo encontrar o texto a partir dos menus. Portanto, para mim está-me a ser complicado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Celina. E não havendo mais ninguém inscrito, vamos votar o voto de pesar que já foi efetivamente... já foi lido pelo Sr. José Maria do CDS. Portanto é o voto de pesar apresentado pelo CDS. Quem votar a favor? Aponta aí. Vocês

estão a apontar? Portanto, Partido Socialista seis votos, Iniciativa Liberal um voto, CHEGA dois votos, CDS dois votos, PSD seis votos

Não identificado: Cinco votos.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Cinco. Desculpem, cinco.? Quem vota contra? CDU dois votos, Bloco de Esquerda um voto. Penso que não há abstenções. Tod os votaram. Portanto, o voto de pesar foi aprovado. Quanto? 16... foi aprovado com 16 votos a favor e três contra. Aponta aqui. Eu queria informar que esta minha repetição é para ficar escrito em ata, porque muitas vezes aqui assim na Mesa, com vozes cruzadas, não ficamos a perceber a votação e, portanto, eu gosto que fique claro na ata que é para que as pessoas possam compreender – quem ler a ata — como foi a votação. Portanto, vamos entrar no ponto três: informações... eu aí em baixo gostaria que estivessem... Vamos proceder a um minuto de silêncio, conforme preconizava o voto de pesar. [um minuto de silêncio]

Ponto três: Tomar conhecimento da informação recebida no passado dia 17 de outubro, nossa referência 5071 referente ao Espaço Saúde Valentim.

Todos receberam, portanto, esta informação. Alguém quer intervir? Ricardo Duarte faz favor.

Ricardo Duarte (IL): Boa noite a todos. Cumprimentar o Executivo, colegas da Assembleia, público e Direção da coletividade.

Bom, eu, antes de fazer algum comentário sobre esta informação, questionava se – e também acho que é o procedimento normal – o Executivo se tem alguma coisa a acrescentar àquilo que está escrito. Não tendo, posso... não? Bom, OK, então... pronto, esta informação que nos é aqui transmitida é o culminar de um processo que nós já conhecíamos há bastante tempo. Esta informação agora vem aqui refletir a posição do atual dono, ou pelo menos o representante da firma que gere a farmácia, sobre o encerramento definitivo daquele espaço. E eu acho que o Executivo da Junta – e porque o Executivo da Junta e muitos membros também desta Assembleia estiveram presentes na Assembleia do ano passado que deliberou este desfecho – é devido aqui um pedido de desculpas à população. Este processo foi bastante polémico na altura. Nós sabemos que a entidade então detentora do espaço pediu ao Infarmed a deslocalização da licença que tinha ali para um novo espaço junto ao Auchan. Por sua vez, o Infarmed pediu um parecer à Câmara. A Câmara chutou para a Junta e a Junta, na altura trouxe o assunto à Assembleia e foi aprovado a vontade do dono, com votos a favor de todas as bancadas, à exceção do Bloco de Esquerda, pelo que também li na ata referente a esse assunto.

Como eu disse, esse assunto foi polémico. É um serviço que acaba na freguesia de São Pedro, aliás no bairro de São Pedro. Um serviço que tinha quase 100 anos de existência e que deveria ser mantido ali. O processo em si foi mal conduzido. O proprietário, em meu entender, não tinha que fechar aquele espaço. Se ele não queria continuar, poderia aliená-lo como havia interessados. E depois é aqui apresentada uma cronologia dos eventos e, a dada altura, o senhor justifica-se dizendo que tem que fechar definitivamente o espaço, porque já não é viável em virtude de ter surgido outro concorrente. Bom, mas o facto é que surgiu um outro concorrente, exatamente porque aquele espaço ia fechar. E sabemos que o atual operador, a Farmácia Marrazes, tem desempenhado um papel muito bom junto da população e a decadência final do negócio do espaço Valentim decorre do facto de a população de São Pedro ter deixado por si própria ir à farmácia e, de certa forma, boicotar o "senhor" (entre aspas). A meu ver com razão. Portanto, dizer que é um facto que está consumado. A Farmácia de São Pedro, ao fim de quase 100 anos, fecha, é transferido para um espaço novo e junto à Farmácia Auchan, curiosamente – junto ao Supermercado Auchan – num sítio onde num raio de 1000 metros existem mais duas farmácias. Quer da minha parte, quer do meu partido Iniciativa Liberal, vocês sabem que não há mais ninguém... não há ninguém que defenda mais as empresas e iniciativas privadas do que nós, só que este processo foi mal conduzido. Não sei se por alguma ignorância das pessoas que o votaram na altura que o abordaram, por ser novidade, se por outros assuntos. [01:55:00] O que é certo é que, mais uma vez, o bairro São Pedro ficou prejudicado. É mais uma machadada. Isto a somar a outras. Pronto, eu digo muitas vezes que as pessoas não gostam de São Pedro, já disse isto noutros fóruns e é isto a população perder serviços, a perder comunidades. E havia outra solução para este caso, que não esta, mas uma vez que o senhor transferiu o seu negócio para outro espaço, mais ao seu

encontro, vamos sobrevivendo com o novo polo da Farmácia Marrazes e a senhora proprietária faz o favor de olhar pelo seu negócio e também fazer algum serviço público. E é isso que nos sa tisfaz.

Acho que deveria... a população merece algum pedido de desculpas pelas pessoas que conduziram este processo e que, resumidamente, são aquelas que votaram o parecer da Junta, emitido pela Junta e que, consequentemente, desencadeou o encerramento final da farmácia. É isto.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado Ricardo. Ricardo Carmo se faz favor.

Ricardo Carmo (PSD): Eu peço desculpa a todos e peço também desculpa àqueles que estão a assistir pela internet, mas eu já tenho 25 anos de vida autárquica e já vi muita coisa, mas eu só venho aqui fazer um pedido ao Senhor Presidente da Mesa, que é que a partir deste momento providencie n as próximas sessões da Assembleia de Freguesia que o Senhor Vogal Ricardo se sente ali a seguir ao Bloco de Esquerda, porque, quer dizer, um Vogal eleito pelo Partido da Iniciativa Liberal, que defende o liberalismo, que defende a iniciativa privada, vem aqui defender e culpar a Junta porque um empresário decidiu fechar um negócio que não estava a ser rentável e vem culpar a Junta por causa disso, é surreal. Quer dizer, é só para vir aqui e dizer que vem dizer alguma coisa. Como se a Junta... vem aqui culpar a Junta daquilo que ele defende ideologicamente. O Senhor Vogal está el eito por um partido que defende ideologicamente o liberalismo e a iniciativa privada como fator principal da economia. E vem agora aqui dizer que a Junta de Freguesia é que é culpada porque um privado decidiu fechar a farmácia porque não é rentável. Portanto, eu peço desculpa estar a incomodar com isto, mas quer dizer, as coisas têm que ser ditas, conversadas. Quem está a assistir aqui presencialmente e quem está a assistir via internet merece o nosso respeito. E não podemos vir aqui dizer aquilo, eh pá porque... só por dizer mal, porque não há mais nada para dizer. Quando todos nós sabemos que é ao Infarmed que compete decidir se abre ou não, se fecha ou não. A Junta para dar os pareceres que quiserem. A Junta pode dar 50 pareceres para não fechar. Mas se o senhor que é privado diz: "Amanhã não... fecho, porque não tenho dinheiro para pagar a água, a luz, o telefone", o que quer que seja, fecha a porta. Agora... que viesse aqui o Bloco de Esquerda, CDU reclamar desta situação, eu até entendia. Eu até entendia! Agora, desculpem lá, vir aqui com um discurso de culpar a Junta de Freguesia como sendo a grande culpada da decisão de fecharem uma farmácia, quando estamos a falar da iniciativa privada, eh pá confesso que nunca pensei, ao final de quase 25 anos de autarca ouvir uma coisa destas. Peço desculpa pela minha intervenção.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Sr. Victor Oliveira se faz favor. Repita lá, se faz favor Victor.

Victor Oliveira (PS): Ah, agora já está. Não está? É para gravar. Pronto. É um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente do Executivo sobre uma afirmação que ainda há pouco teve e era para ficar em registo e ficar devidamente esclarecido. Que era: se a memória não me atraiçoa, o Senhor Presidente disse que pediu ou teve reuniões com o SMAS, gostaria que explicasse aqui na Assembleia, porque isto foi em resposta a uma interpelação feita, quantas reuniões pediu, quando é que teve e o que é que aconteceu. Não, não, não, SMAS! SMAS! Sobre obras. Sobre obras. É um pedido de esclarecimento Senhor Presidente. É um pedido de esclarecimento! Não tem nada para responder.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Já respondo.

Victor Oliveira (PS): Muito obrigado. Muito obrigado.

1.º Secretário de Mesa da Assembleia: Ricardo Duarte.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Ricardo Duarte, se faz favor.

Ricardo Duarte (IL): Posso? Bom, em relação à intervenção do Sr. Ricardo Carmo, enfim, eu não venho para aqui discutir ideologia consigo. Era o que faltava! Porque isto... em primeiro lugar, porque estamos em órgãos diferentes e temos que saber adaptar a ideologia, vá lá, à circunstância. E depois o senhor não esteve cá, não esteve cá no mandato passado. Esteve na Amadora, creio eu, não era? E eu não venho aqui... também não vim aqui acusar o Executivo da Junta. O que vim aqui dizer foi que muitos dos elementos, se não todos do Executivo da Junta que agora são Executivo, estavam na Assembleia do ano passado e este assunto veio de ser discutido aqui no mandato passado, portanto, as pessoas votaram este assunto. E também é errado a exposição que faz. Isso é que engana as pessoas.

Não é o privado que decide fechar, porque há muitas formas de acabar um negócio, certo? E, neste caso concreto da farmácia, o pedido foi feito pelo proprietário, ao Infarmed. Ao Infarmed, sim. O Infarmed, por sua vez, pede à Câmara o parecer e a Câmara chuta para a Assembleia. Portanto, percorreu isto tudo. A Assembleia podia ter dado um parecer negativo. Ou podia ter dito outra coisa qual quer. O que estamos aqui a falar foi... (e tem aí?) a proposta. O senhor até apresenta cronologicamente a proposta bem fundamentada, com datas e tudo certo, portanto é só questão de seguir as datas. E eu venho aqui falar sobre a forma como o processo decorreu. Portanto, isto é um serviço público da população. Nós temos uma Junta de Freguesia. Eu não venho para aqui discutir liberalismo económico, nem liberalismo fiscal, portanto... mas já é hábito. Já noutra Assembleia, também a propósito daquela proposta que o [impercetível]... olha, por falar nisso, o Executivo não cumpriu a última proposta aqui aprovada pela Assembleia, por iniciativa nossa, de expor no site da Junta a documentação completa da ata e das propostas que sustenta... a documentação que sustenta as propostas que vão a reunião de Executivo. Portanto, já da outra vez isso aconteceu. O Sr. Ricardo Carmo faz questão de tresler aquilo que eu digo e baralhar as pessoas. Mas este... o facto é este que exponho e nada tem a ver co m ideologia. Nem venho para aqui discutir ideologia consigo. Obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado Ricardo. Não há mais ninguém inscrito? Sr. Parracho. Senhor Presidente, faz favor.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Eu agora fiquei aqui confuso, que não sei se o SMAS tem relação direta com a farmácia, porque fazem uma pergunta do SMAS num ponto que tem a ver com a farmácia. É assim: eu hoje já assisti aqui a tanta coisa que só falta... Sr. Victor Oliveira tem aqui o meu telemóvel, quer ver as minhas conversas privadas e algumas públicas com responsáveis do SMAS?!

Victor Oliveira (PS): Não estou a dizer que não teve [impercetível].

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Não, não, você não vai chamar mentiroso aqui a segunda vez, porque vai ter que me pedir desculpas outra vez.

Victor Oliveira (PS): [impercetível].

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Sr. Victor Oliveira quero saber uma coisa: o SMAS são liderados pelo PS. Eu há bocado nem falei aqui na CDU que não vale a pena.

Victor Oliveira (PS): Só perguntei se teve.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Tive! Se eu disse aqui que tive é porque tive. Porque eu não venho aqui mentir, contrariamente a outras intervenções que tenho ouvido aqui. Victor Oliveira (PS): [impercetível].

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Então pronto. Bom, vamos à questão. Eu registo esta postura do Partido Socialista que vem aqui com questões para abafar a realidade, quando é o partido que gere a câmara, que gere o SMAS. Enfim... e muitas das questões... ainda não houve aqui uma única questão levantada relativa à atividade da Junta. Registo. Tudo o que aqui foi levantado tem a ver com coisas que são de outras entidades que estão acima da Junta, nas quais o Partido Socialista é rei e senhor. Portanto eu não percebo. Enfim...

Bom, vamos à questão da farmácia, só para evitar aqui alguns equívocos e a demagogia que sempre surge nesta questão. Já não vou entrar na questão ideológica porque o fecho e a abertura de um estabelecimento comercial eu quase que poderia resumir a duas palavras: iniciativa liberal. Mas se há alguém que ache que há outra solução... eu não vi até agora outra solução! O quê, nacionaliza-se a farmácia? A Junta de Freguesia abre uma farmácia? Acham que isso seria possível? Bom, depois o problema que está aqui é o seguinte: este assunto foi discutido, e bem, na Assembleia de Freguesia do mandato... nas várias assembleias de freguesia do mandato anterior. Mas não tinha que o ser, porque foi pedido... a Câmara pediu à Junta um parecer que não é vinculativo. O anterior Executivo da Junta poderia numa sessão pública, numa sessão privada, numa sessão extraordinária, decidir aquilo que bem lhe apetecer e não ter dado cavaco à Assembleia. Mas, pronto, por uma questão de não querer assumir ou de querer ou não querer, o que é facto é que a Assembleia pronunciou-se. Houve um empresário que fez uma proposta concreta de deslocar a farmácia de São Pedro para junto do hipermercado Auchan. O processo seguiu os seus trâmites, foi aprovado pelo Infarmed, foi aprovado

pela Câmara de Sintra e ela lá está. O que a Assembleia de Freguesia, todos os partidos (PS, PSD, o CDS, a CDU) – só o Bloco de Esquerda é que não subscreveu a proposta – apresentaram um conjunto de... não diria de condições, mas tentaram que houvesse alguma contrapartida para a popul ação de São Pedro não ficar sem o serviço de farmácia. O empresário esteve aqui, deu a cara, falou para todos e comprometeu-se num documento escrito com aquilo que iria fazer para compensar a população. E tem estado a cumprir! O que o empresário agora apresenta é um facto totalmente novo. É que no mesmo espaço surgiu outra parafarmácia que está a fazer um serviço – nem tudo se pode dizer na ata – que este empresário diz não poder fazer. Este empresário comprometia-se através da farmácia IC19 – penso que é o nome que tem agora – receber os pedidos das pessoas e fazer entrega domiciliária dos medicamentos, o que é completamente legal.

Concorrência é concorrência e cada um joga com as armas que tem. O que é facto é que a população... mas isso é uma questão... é como eu digo, é liberal. Se os fregueses estão a ir ao estabelecimento A, não estão a ir ao estabelecimento B, se já havia pouco público para uma parafarmácia, para duas há muito menos. E o empresário agora comunica que está na intenção de fechar aquele espaço, porque aquele espaço, aquele serviço, o tal serviço público, está a ser assumido, e bem, pela Farmácia Marrazes. Nós, como este processo foi discutido, analisado até à exaustão em Assembleia de Freguesia, podíamos apenas ter só recebido a carta – isto não é para deliberação, é só uma comunicação, uma informação – e dito: "Sim senhor." Mas achámos por bem, respeitando aquilo que vinha do passado do Executivo socialista desta Junta de Freguesia... trouxemos também para informação e a Assembleia pode pronunciar-se sobre aquilo que quiser. Agora não venham é culpar a Junta. A Junta tanto tem a responsabilidade do fecho duma parafarmácia como da abertura de uma casa de vinhos em frente ao Largo Nunes Carvalho. É a mesma coisa. É iniciativa liberal. Pronto, se calhar sou eu que sou mais liberal do que o representante da Iniciativa Liberal. Mas, pronto, enfim, há países onde isso não acontece. Há países em que o Governo é dono das bombas de gasolina, é dono dos supermercados, nacionalizou as padarias.

Não identificado: Todos os jornais.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Os jornais. Eh pá, eu acho que estamos ainda longe disso. Eu já vi aqui coisas hoje parecidas com isso, com esses regimes, mas estamos um bocadinho longe disso. Portanto, a nossa posição no Executivo... se me perguntarem se eu lamento que vá fechar a parafarmácia, lamento. Mas o que é que eu posso fazer? Vou obrigar o senhor a ter a porta aberta, a ter prejuízo porque lhe aumentaram a renda, porque tem um funcionário e os clientes não vão lá?! Eh pá, é comércio. Agora a mim, a única coisa que me descansa é que a outra parafarmácia e a entidade que gera a outra parafarmácia merece-nos total confiança. De resto, temos relações comerciais, digamos assim, com aquela entidade, e isso garante-nos que o serviço é prestado à população da forma que nós até tínhamos preconizado com o outro operador. Agora, não podemos aqui obrigar a que o senhor mantenha a porta aberta. Era só isso.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Ricardo Duarte faz favor.

Ricardo Duarte (IL): Obrigado, Senhor Presidente. Não sei se ainda tenho tempo, mas se tiver de derrapar também peço um bocadinho de atenção, uma vez que também nos meus pontos anteriores derrapou. Eu, pela segunda vez... eu às vezes gaguejo um bocadinho a falar, mas acho que falei claro. Eu não estou aqui a culpar a Junta de Freguesia pelo sucedido neste momento. Aquilo que eu me referi foi ao processo como ele ocorreu no mandato passado. E disse também que o processo poderia ter sido conduzido de outra forma. O Senhor Presidente da Junta agora diz que o parecer não é vinculativo. Por um lado, é vinculativo, porque a Câmara, pelo facto de ter "chutado para canto" (entre aspas) e mandado o assunto para a Junta de Freguesia, de alguma forma vinculou este órgão a um parecer e porque... a Câmara posteriormente só deu o parecer favorável depois do assunto ter passado aqui, certo? Portanto, este desfecho era esperado e uma vez que a farmácia já saiu há uns meses ou há um ano, ou coisa que o valha, já não faz regressar a farmácia. Agora, quando diz que o que é que a Junta podia ter feito na altura? É assim: uma vez mais não quero entrar aqui em questões ideológicas, mas o liberalismo também não se compactua com especulação e podemos entrar para ir também, certo? Na altura, se calhar o que a Junta poderia ter feito e a Assembleia era dizer ao senhor: "Bom, o senhor não

quer explorar a farmácia que está aí há 100 anos, mas se calhar no mercado há alguém que queira." E então o senhor alienava o alvará. Foi posta essa questão? Alguém fez uma prospeção no mercado a ver se havia alguém interessado em ficar com aquele espaço? Poderia ser por aí. E poderia ser por aí que se podia dar um parecer diferente. Não é a questão de: o senhor OK, aquilo está a dar prejuízo e fecha. Não, o senhor não quis fechar o negócio. O senhor quis transferi-lo para outro lado. É mu ito difícil de perceber isto?

(Paula Bento (Vogal)?): Por isso não podia alienar o alvará.

Ricardo Duarte (IL): Não podia. Podia Paula!

(Paula Bento (Vogal)?): Não pode, se ia para outro sítio.

Ricardo Duarte (IL): Podia vender a farmácia.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Tomem lá atenção! Eu já afirmei tudo isso que vocês estão a dizer, portanto, não vai vigorar na ata. Mais uma vez, eu sou repetitivo. Portanto, não... escusam de falar todos ao mesmo tempo, porque isto não vai... na gravação não se consegue identificar. Mas se querem continuar a sobrepor as vozes...

Ricardo Duarte (IL): Uma vez que eu estou a afirmar e pelas informações que tive, pelo aquilo que estudei (um pouco) do processo, no meu entendimento, poderia o proprietário alienar o al vará, ao que agora membros estão a dizer que não podia. Então agradeço que me esclareçam, porque nas informações que eu tenho e daquilo que obtive é que poderia ser feito isso. Se calhar então também fui mal informado. Pronto, acho que é assim que as coisas se conversam, certo? Portanto, neste momento, como diz o Senhor Presidente da Junta, a Farmácia Marrazes está a cumprir o serviço à população, a população não está prejudicada nesse aspeto. Está prejudicada porque não tem os medicamentos oficiais, legais, medicamentos de receita médica com o... de uma forma expedita como tinha. O bairro de São Pedro perdeu com a saída da farmácia. Isto são factos, não é ideologia. E é só isso.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Ricardo. Miguel Fonte faz favor. Então Miguel.

Ricardo Duarte (IL): Já agora, para complementar, a pessoa se calhar mais indicada para dar até esclarecimentos é a Sra. Antónia Raminhos que foi Presidente da Junta e que passou por este...

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Miguel Fonte se faz favor.

Miguel Fonte (CHEGA): Muito rapidamente, também falava aqui em relação à farmácia. Eu acompanhei todo o processo, mas a realidade é que eu até moro por acaso em São Pedro, a população de São Pedro... São Pedro não tem massa crítica para ter uma farmácia. Portanto, é inviável haver uma farmácia em São Pedro. A solução que foi encontrada, que é a Farmácia Marrazes é um mal menor. Mas Ricardo, daqui a cinco ou dez anos não vai haver nenhuma farmácia, porque nós, que vivemos em São Pedro – portugueses – somos cada vez menos. Portanto, daqui a cinco ou dez anos, haverá outra coisa qualquer para os paquistaneses que estão lá com aqueles negócios todos ali. Mas a farmácia não vai haver de certeza. Portanto, é uma guerra perdida, porque para haver uma farmácia é preciso haver massa crítica. E o processo de substituição de população em São Pedro é de tal maneira acelerado que daqui há muito pouco tempo não haverá praticamente pessoas a viver na vila. Portanto é um não assunto. Só isso.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Antónia Raminhos, faz favor.

Antónia Raminhos (PS): Sem demorar muito tempo. Muito boa noite a todos. Não vou estar com as formalidades todas que o órgão nos merece, mas muito rapidamente, só para falar um bocadinho aqui sobre a farmácia, que é como o Miguel disse, e muito bem, é do interesse da comunidade. A farmácia é um negócio privado. O senhor, o proprietário e o investidor reuniram mais que uma vez com o Executivo, sendo que o nosso parecer não é vinculativo, mas devemos dá-lo. Nós trouxemo-lo à Assembleia por uma questão de coerência, porque já tínhamos trazido também à Assembleia a situação da farmácia, da retirada da farmácia da Abrunheira. E, por uma questão de coerência, trouxemos também a Farmácia de São Pedro Valentim. Por uma questão de coerência, para ficarem no mesmo ponto de igualdade.

Depois, o proprietário, para além de reunir com o Executivo e de expor as situações e de apresentar a situação financeira da empresa privada que é dele e que é ele que a tinha que gerir, a resposta final

que ele nos deu foi: "Seja o vosso... se o vosso parecer for negativo, a farmácia vai fechar_" O que nós pretendemos é, de alguma forma, garantir ainda com os meios que temos, continuar a assegurar - e daí haver o tal protocolo que o Presidente disse que neste momento, segundo este documento, cai por terra – e entregar ao domicílio e fazer alguns serviços de saúde naquele espaço, porque o alvará é do proprietário e o proprietário não pretendia vendê-lo e nem é obrigado a vendê-lo. O alvar á é dele! Ele leva-o para onde quiser. Se os pareceres assim fossem, os pareceres foram favoráveis, porque também o desfecho final seria a farmácia final fechar e não haver nada. Pelo meio, e acho que muito bem, a Dra Célia, com a Farmácia Marrazes resolveu abrir uma parafarmácia e colmatar de alguma forma ali a necessidade, que é isso que nos interessa. Acho eu que é isso que nos interessa a todos vogais das várias bancadas que estamos aqui, é o bem-estar da comunidade, o bem-estar do cidadão E a Farmácia Marrazes teve a hombridade até de me dizer: "Antónia, mesmo que um dia a farmácia feche, nós iremos garantir... estamos a tratar de negociar um espaço para abrir. Não será uma coisa muito grande, mas iremos continuar a garantir que a população de São Pedro, que muitos até já são nossos clientes aqui, continuem a ter." Porque sobre a posse do alvará, nenhum de nós aqui, nem a Câmara, nem a Assembleia Municipal tem direito, tem posse! E, portanto, o Infarmed das duas uma: ou ele o vendia e o Infarmed lançava um concurso. O Infarmed! Ele por si só não podia decidir a quem é que ia dar o alvará. Ele tinha que o entregar ao Infarmed e o Infarmed tinha que o pôr a concurso. Mas não era isso que ele pretendia. Ele pretendia mudar. E nenhum de nós aqui tinha competência para impedir aquele ou qualquer empresário do nosso concelho a gerir o seu negócio. Disse.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado, Antónia. Senhor Presidente quer falar. Faz favor.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): É muito rápido, Senhor Presidente. Só para subscrever na íntegra – e também para provar a quem nos vê lá em casa que nós não estamos sempre em desacordo – as palavras da Vogal Antónia Raminhos, antiga Presidente da Junta, fez o retrato fiel daquilo que se passou. E estamos completamente de acordo. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Muito obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Continuem! Sim senhor, continuem. Fica tudo bem. Não há mais ninguém inscrito. Ponto quatro: leitura e votação da ata n.º 5/2022 da terceira sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de 30/09/2022, realizada na Sociedade Recreativa da Várzea de Sintra. Dispensam a leitura da ata? Todos receberam a ata? Portanto, quem esteve presente nesta reunião... eu vou indicar quem esteve presente nesta reunião para serem essas pessoas a votar. Pelo Partido Socialista: Antónia Raminhos, Carlos Costa, Lara Guerreiro, Alexandre Gaiolas, Henrique Monteiro e Maria Odete dos Santos Mata. É a Assembleia que se realizou no dia 30 de setembro. Pelo Partido Popular Democrático: Eduardo Casinhas, Frederico Madeira, Ricardo do Carmo, Victor Hugo Messias, Artur Ribeiro; pelo Centro Democrático Social, Susana e José Maria Francisco; pela Coligação Democrática Unitária: Vasco Miguel Santos Ramos e Maria Cristina Rodrigues; partido CHEGA: Hélder Fernando Gavaia Santos, Marta Mónica Bugalho Andrade de Melo; Celina Marques dos Santos do Bloco de Esquerda; Iniciativa Liberal: Ricardo Miguel Oliveira Duarte.

1.º Secretário de Mesa da Assembleia: A Celina diz que não.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): A Celina diz que não?! Não disse nada. Celina dos Santos (BE): Eu não disse nada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Ah, não disse nada. Portanto destes, quem vota a favor? A alteração para presença do Manuel Silva. Sr. Victor Oliveira a ata tem cá que está a Celina Santos. Portanto, eu estou a emendar, quem está presente é o Manuel Silva. Pedi-lhe o nome. Portanto, ele não vai votar, é evidente. Portanto, desses presentes, dos presentes fazem parte, quem vota a favor? Portanto... quem vota contra? Quem se abstém? Ninguém? Portanto, foi votada por unanimidade dos presentes na sessão, exceto Manuel Silva. Nesta sessão. Presentes nesta sessão, exceto Manuel Silva. Como é que é? Fica os presentes nesta sessão. Não está? Portanto, está certo. Nesta! Presentes nesta sessão.

Foi votada por unanimidade pelos vogais presentes hoje e que estavam... e constantes da ata. Penso que está correto.

Ponto 4.2: Leitura Votação da Proposta n.º 316 - UFS/2022, referente ao Regulamento de Proteção de Dados, enquadrado na Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e Políticas Gestão de comentários nas redes sociais.

Todos receberam? Quem se inscreve? Ricardo Duarte faz favor.

Ricardo Duarte (IL): Bom, em relação a este ponto, eu quando recebi este documento, lendo o título, a primeira parte pareceu-me pacífico e a segunda parte nem tanto. Política de Proteção de dados pessoais, isto remete para o Regimento, o Regulamento Geral de Proteção de Dados, que está tipicamente... que está completamente tipificado na lei. Portanto, não sei se seria necessário a Junta de Freguesia fazer um Regulamento próprio para isto, uma vez que isto até decorre de legislação internacional e, indo até ao teor mesmo do documento, muita coisa do que hoje se prevê neste Regulamento de proteção de dados até decorre do senso comum. Pronto, isto... nós vivemos num tempo em que, por vezes, queremos fazer equiparar o mundo virtual ao mundo real, ao mundo físico, mas isso seria outra discussão.

Mas depois entramos na segunda parte, que diz: "Políticas de gestão estão de comentários nas redes sociais." Sinceramente, eu nunca tinha visto nada disto, então pesquisei. Basta pôr este título no Google e aparece isto utilizado por... as mais diversas entidades. E o texto é, de certa forma igual, [02:25:00] ao que aqui nos é apresentado. Eu tentei saber se isto está regulamentado de alguma forma, não encontrei legislação nenhuma que... onde isto esteja contemplado e até um contacto ou outro que fiz com pessoas juristas dizem desconhecer isto.

Mas depois continuando a ler o documento e chegamos ao artigo 10.º. Entramos aqui um bocado no domínio da comédia. Já foram citadas aqui algumas pessoas. Eu se calhar sobre isto aproveito para citar o eminente socialista Sérgio Sousa Pinto dizendo: "Nós vivemos nos apanhados." Então este artigo 10.º diz o seguinte: "Políticas de gestão de comentários nas redes sociais e estabelece à Junta de Freguesia que possa gerir comentários na nossa página de Facebook." Que certamente acho que é a única que tem. E esclarece no ponto dois que "a Junta pode retirar comentários pelo seu conteúdo, que possam configurar a prática de atos ilícitos, insultos ou violação, comentários abusivos, linguagem imprópria e ofensas à integridade moral." Mas agora é alguém da Junta, um Presidente da Junta, um funcionário que esteja afeto a este serviço que vai gerir o que é que as pessoas escrevem ou não escrevem?! Olha, no meu caso pessoal, o Senhor Presidente da Junta já por duas ou três vezes me chamou mentiroso no Facebook publicamente em comentários. Pronto. E olha, eu estou aqui. Não morri. Não me senti nada melindrado. Diz que autores destes comentários serão bloqueados e serão removidos. Eu não sei se o Senhor Presidente se vai bloquear ele próprio por me ter chamado mentiroso, mas também não importa.

E, depois, a seguir diz também que "se reserva o direito isto de remover perfis que seja público ou notoriamente falsos, servindo interesses e objetivos não edificantes, serão bloqueados." Bem, a nós também. Principalmente nas campanhas eleitorais, vemos que os dois grandes partidos principalmente (PS e PSD) recorrem muito a este instrumento de criar perfis falsos. Nós até quando ocorreu agora recentemente aquela questão das festas que se organizaram na Estefânia - e que foi, mais uma vez, a maior ofensa... outra ofensa que se fez às pessoas de São Pedro - ocorreram muitos comentários nas redes sociais contra o Executivo, contra esta atitude e logo a seguir apareciam perfis - como é que se diz? - notoriamente falsos a intervir ali na conversa e tudo mais. Portanto, isto é... acho que isto é um bocado disparatado. Mas indo ao ponto mais concreto, eu deixava aqui à consideração do resto da Assembleia que eu acho que isto até configura - este documento em si alguma ilegalidade, porque no preâmbulo da proposta faz remeter o documento para diversos normativos: a Constituição da República Portuguesa, o Código do Procedimento Administrativo, a Lei 75/2013, entre outros. E se a proteção de dados está a contemplar e tipificado na lei, a política de comentários... da gestão de comentários nas redes sociais não está. Portanto, e uma política... pronto, a Junta pode fazer como toda a gente faz, que é nas páginas de Facebook dizer: a nossa política é esta, se disserem isto ou aquilo, eu retiro. Mas não precisa vir regulamentado. Isto acho que não tem sentido. Portanto, deixa à consideração de alguém que perceba mais de aspetos jurídicos do que eu, de opinar sobre se o facto de introduzir aqui uma questão de política num Regulamento, se é legal ou ilegal, isso

torna esta proposta nula. Mas, claro, pelo exposto e por este artigo 10.º sei lá, altamente c∈nsor e nem sei mais o que diga, votaremos contra isto.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado, Ricardo. Não está mais ninguém inscrito? Faz favor Senhor Presidente.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Senhor Presidente, pronto, esta é daquelas questões que não queria de modo algum politizar e nem vou politizar. É uma questão legal, jurídica, baseada em legislação. E nós, por isso mesmo, pedimos hoje que a nossa jurista, a Dra. So fia Dionísio, que já há muitos anos presta apoio a esta União de Freguesias e, antes disso, a outras juntas desta União de Freguesias que nos possa, enfim, se calhar dizer alguma coisa sobre isto, porque de facto esta não é uma questão política e eu nem nem por aí quero entrar. Apesar dos considerandos p essoais e da festa de São Pedro, que não tinha lugar nenhum. Mas não sei se há algum sítio que o Ricardo Duarte tenha aconselhado para fazer a festa de São Pedro. Pronto, se calhar também as pessoas de São Martinho ficaram agora ofendidas de ter havido festas de São Martinho em Massamá. [02:30:00] Mas pronto, é assim. De qualquer forma, eu pedia à Dra Sofia Dionísio se podia dar um esclarecimento sobre toda esta questão.

Sofia Dionísio (Jurista): Tem de ter som. Boa noite. Obrigada. Eu não consegui compreender muito bem as questões que foram colocadas pelo Vogal Ricardo Duarte, mas, por aquilo que entendi, questionava a parte relativa à política de privacidade – não era? – das redes sociais. Pronto, então percebi bem. Este Regulamento pretende abranger exatamente as duas coisas, quer a proteção de dados... e não é verdade que decorra taxativamente da lei e que não tenhamos que ter nós próprios um Regulamento da proteção de dados, porque nós temos que aprovar, como aqui consta, anexos que permitem a utilização dos dados das pessoas, não é? E nós usamos dados todos os dias. Não estava ainda regulamentado, embora, como diz, decorre da lei a maior parte deles. Mas os textos das minutas a aprovar não estão.

Por outro lado, ainda, a privacidade e a proteção de dados obriga a que haja alguém que seja responsável pelo tratamento dos mesmos. Também tem que ser identificado e tem que ser tratado, como, aliás, também está criado um endereço de *e-mail* neste Regulamento para esse efeito, para as comunicações que tenham a ver com a proteção de dados. E aproveitou-se, nesse sentido, já que se estava a falar de privacidade e de proteção de dados, também para colocar as questões que dizem respeito à gestão de comentários nas redes sociais. E porquê? Porque muitas vezes elas atingem aspetos pessoais – não é? – não só dos membros da Junta e dos membros da Assembleia, mas até de outras pessoas em resposta a uns e outros, e acabam por violar algumas regras que existem na proteção de dados. Quase todas, ou a maior parte das autarquias, têm realmente um Regulamento semelhante, porque hoje em dia cada vez mais os comentários são exacerbados e é uma forma também de mitigar e de podermos, no fundo, controlar – não é? – esse tipo de situações que levam depois até a outros aspetos jurídicos relevantes, como... e que podem ter até algum aspeto criminal associado. E foi essa a intenção da elaboração deste Regulamento. Não sei se respondi, se pretende mais alguma coisa. 1.º Secretário de Mesa da Assembleia: Vasco Ramos. Vasco Ramos.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Penso que está o Vasco Ramos inscrito, é verdade? Não, mas está inscrito o Vasco Ramos ou não?

Vasco Ramos (CDU): Eu cedo [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Mas cede a posição ou cede o tempo? Ricardo Duarte, se faz favor.

Ricardo Duarte (IL): Só para ver se compreendo as explicações dadas pela Dra. Sofia Dionísio em relação à proteção de dados, ao RGPD propriamente dito, compreendo que a Junta tenha que refletir esse normativo, embora também conheça instituições que não o fazem. Remetem, quando se trata de proteção de dados, para a lei. E depois, quer dizer, nós passamos a nossa vida a assinar declarações de consentimento, de proteção de dados e tudo mais e somos constantemente importunados por telefonemas e por entidades que nunca conhecemos de lado nenhum. Coisa diferente é realmente a gestão de comentários das redes sociais, é que isso não encontra – daquilo que eu procurei – enquadramento legal em lado nenhum. A Junta pode ter claro, pode banir as pessoas que chamem isto

ou aquilo, ou que, no seu entender, faça algum comentário menos abonatório. Agora não encontrei, daquilo que consultei... encontrei assim muitos regulamentos de proteção de dados, mui tas políticas de gestão de comentários nas redes sociais, mas nunca os dois temas inseridos num único documento. E era só isto.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Vasco Ramos, se faz favor. Vasco Ramos (CDU): Obrigado. Eu, por via profissional, tenho... lido com estas questões numa base quase diária e nada do que está neste documento me é estranho e os agradecimentos da jurista, da advogada Sofia Dionísio esclareceram. Realmente era importante saber quem era o encarregado da proteção de dados e está lá indicado. Depois também esta questão dos comentários, os comentários nas redes sociais transformaram-se numa coisa que assumimos que tem que existir, mas não tem que existir. Os jornais e muitos dos grandes jornais internacionais que tinham caixas de comentários que viraram autênticas cloacas, lixo a céu aberto, fecharam-no. Inclusive no Facebook é possível que instituições, empresas e até particulares não tenham comentários. Portanto, não é um dado adquirido que tenha que haver comentários. De facto, é muito trabalho ter de estar a apagar todo o lixo que lá pode aparecer, mas se calhar alguém tem que o fazer. Portanto, nós não nos opomos a isto. Votaremos favoravelmente.

Há uma questão que é lateral a esta da proteção de dados é que este documento, o que é importante é que não seja usado para minimizar a participação dos fregueses. E outra questão ainda que tem a ver com esta, tem a ver com as transmissões que estamos ao vivo no Facebook, creio eu. E aquilo que nós gostávamos de pedir é que os ângulos de captação destas reuniões fossem o mais abrangentes possível, de forma a que não parecesse uma reunião do Executivo, mas parecesse de facto uma reunião da Assembleia de Freguesia em que estão todos os vogais e também o público. Eu sei que é difícil, mas se a câmara estiver sempre a focar o Executivo e a Mesa da Assembleia de Freguesia, não se vê o que acontece aqui. Obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado Vasco. Não está mais ninguém inscrito, pois não? Portanto, vamos proceder à votação do ponto 4.2. Quem vota a favor?

1.º Secretário de Mesa da Assembleia: Partido Socialista.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Partido Socialista, seis; CDU, dois; Bloco de Esquerda, um; PSD, cinco; CDS, dois; CHEGA, dois. Quem vota contra? Um, Iniciativa liberal. Quem se abstém? Não há abstenções. Portanto, segundo não erro nas contas, foi aprovado com 18 votos a favor e um contra. 18 votos a favor e um contra.

Vamos passar ao

Ponto 4.3: Leitura e votação da Proposta n.º 333 – UFS 2022, referente ao Regulamento e Tabela de Taxas de Licenças da União das Freguesias de Sintra.

A Junta quer apresentar o documento? Querem apresentar o documento (a Junta) ou vamos passar para as inscrições? Portanto, inscrições. Quem se inscreve? Cristina Rodrigues, se faz favor.

Cristina Rodrigues (CDU): A CDU não entende os critérios para esta alteração ao Regulamento de Taxas e licenças, agora apresentado pelo Executivo em plena crise económica. Em relação aos atestados, aumentar os atestados de 2,50€ para 3,00€ e fazer a distinção entre recenseados e não recenseados, que tem o valor de 5,00€ e que não existia anteriormente. Portanto, ainda fizeram... aumentaram o preço e ainda fizeram a distinção entre recenseados e não recenseados, embora na tabela de cálculo apresentado os mesmos possam... passem por vários funcionários para a sua elaboração, mas levando somente 17 minutos a ser feitos/ elaborados.

Depois temos as licenças de canídeos, colónias de férias e de jovens e seniores, licenças para festas e feiras que também passam por vários funcionários que não sofreram qualquer tipo de alteração nos seus valores e até têm... e até implicam outro tipo de gastos. Alguns destes serviços implicam outro tipo de gastos, a nível por exemplo de gasóleo e não têm nenhuma alteração, assim como por exemplo, as festas privadas a 20,00€/ dia. Quer dizer, um atestado de um não recenseado, 5,00€/ 17 minutos. E pronto. Tem vários critérios que nós não... com os quais não concordamos.

E repetimos mais uma vez, quer dizer, é que acho que não tem justificação por outra razão. [02:40:00] Quer dizer, acabámos de falar de... sabemos que há sempre aquelas pessoas que têm mais dificuldades,

que têm isenção nas taxas, mas quer dizer estamos aqui a falar... há pouco falou-se em vários apoios a instituições e depois temos um aumento de atestados. Quer dizer que é uma coisa que... enfim, mas... e é assim: é que esta Junta – eu repito, e já na última Assembleia disse isto – tem uma situação financeira invejável. Portanto, há coisas porque... por vezes não se percebe, porque é que numa conjuntura destas, de tantos aumentos de preços, os fregueses ainda vão levar com um aumento de algumas taxas, principalmente os atestados, porque depois os únicos que têm mais aumentos é os atestados e os serviços dos cemitérios, o resto tá tudo igual. E implicam também vários gastos. Portanto, não é... para nós não é compreensível. Obrigada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Mas alguém inscrito?

1.º Secretário de Mesa da Assembleia: O Ricardo.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): O Ricardo Duarte.

Ricardo Duarte (IL): Bom, é só para dizer que eu não recebi este documento. Deve ter havido alguma falha. Eu só hoje à tarde é que estive a... consegui estar a dedicar-me a ler a documenta ção toda da convocatória. E então digo que deve ter havido alguma falha porquê? Porque na proposta sobre este tema Regulamento de Taxas são três páginas, sendo que a primeira página é a formulação da proposta em si e depois as duas páginas seguintes reproduzem aqui um texto do Bloco de Esquerda no período da consulta pública, com a consequente resposta do Executivo. Portanto, deve ter havido alguma falha no envio. Eu não recebi, não recebi o Regulamento, por assim dizer.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Segundo estou a perceber, não foi... não recebeste... o Vogal não recebeu completo?

Ricardo Duarte (IL): Sim.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Aconteceu isso com alguém? Também? Também recebeu?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Não temos maneira de saber.

Ricardo Duarte (IL): Eu não disse nada logo, porque esperei que pudesse estar aqui em papel nas bancadas e por isso é que agora venho levantar este facto.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Mas alguém recebeu na totalidade?

1.º Secretário de Mesa da Assembleia: O José Maria recebeu.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Portanto, é lapso que nós não conseguimos detetar. Lamentamos.

[impercetivel]

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Bem... houve vogais que receberam o documento na totalidade.

1.º Secretário de Mesa da Assembleia: O Partido Socialista não.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): O Partido Socialista não. Temos aqui um problema. Portanto o documento tem a proposta, tem o Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças com 10 páginas, tem um anexo A com nove. Tem mais do que nove. Não, (mentira?). O anexo A que tem três folhas. Depois tem o Regulamento e tabelas e taxas, anexo B formas de cálculo com nove folhas. E depois tem o anexo C, fundamentação económico-financeira.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Senhor Presidente posso falar?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Com três folhas. Um momento só! Se o Ricardo diz que recebeu do Bloco de Esquerda, existe, efetivamente o Bloco de Esquerda fez na consulta pública uma informação. A consulta pública, Regulamento de Taxas é a última folha do Anexo II.

Victor Oliveira (PS): Mas é exatamente o que recebemos.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): É exatamente o que receberam. Victor Oliveira (FS): [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Como?

Victor Oliveira (PS): [impercetível] proposta.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Não, Victor receberam tal e qual como eu disse, ou como o Ricardo disse?

Victor Oliveira (PS): Como o Ricardo disse. [impercetível].

Celina dos Santos (BE): [impercetível]. Confirmo.

Victor Oliveira (PS): [impercetível].

Victor Oliveira (PS): Eu posso mostrar o telemóvel. Eu posso mostrar o telemóvel. Eu posso mostrar! Eu posso mostrar!

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): A Cristina foi buscar a docum entação em papel.

Victor Oliveira (PS): [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Um momento só Victor Oliveira! Victor Oliveira só um momento!

Cristina Rodrigues (CDU): Eu vinha...

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Um momento só! Só um minuto que nós estamos aqui a conferir. [...] Um momento só. Segundo me estão aqui a dizer – porque os documentos não foram na totalidade – o Executivo vai retirar a proposta. José Maria, eu não sei... isto é para ficar gravado. isto é para ficar gravado. Eu acho que as pessoas devem ter...

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Continuem a falar! Continuem a falar! Victor, Victor continuem a falar! Eu acho que se deve facilitar a condução da Assembleia. Ó José Maria, tu recebeste, salvo erro, ontem a convocatória, porque o teu e-mail estava mal.

José Maria Lopes (CDS/PP): [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Recebeste os documentos? José Maria Lopes (CDS/PP): [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Então o que foi enviado para ele, que estava mal [impercetível]?

[impercetível]

Não identificada: Não foi isto. Foi só a ata.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Pronto. Só para resolvermos esta questão. É assim: que fique escrito, que fique ciente para que todos saibam, o Executivo mandou toda a documentação para a Assembleia, até com muita antecedência. Se de facto a Assembleia não está em condições de aprovar, isto, não é sangria desatada. Podemos esperar por uma próxima Assembleia para aprovar este Regulamento. Queria era deixar também aqui vincado, em relação ao que temos que responder àquilo que que nos foi levantado, também temos connosco o Dr. Nuno Rocha, que nos pode dar também alguma explicação técnica que eventualmente queiram levantar. Eu é mais a explicação política. Não quero e não aceito, porque não é verdade, que alguém diga que há aqui algum brutal aumento de impostos ou coisa assim do género. Há uma atualização das taxas em harmonia por muito defeito — e por um defeito muito grande! — em relação ao que é praticado nas restantes juntas de freguesia do concelho. E desafio a Vogal Cristina e... aliás, todos os senhores vogais que consultem o Regulamento de Taxas... a tabela... como é que é? Taxas e Tabelas da... Tabela, Taxas e Licenças — peço desculpa, é o adiantado da hora — de algumas freguesias do concelho de Sintra e desafio-os que apareçam aqui com valores mais baixos do que o nosso.

Também dizer que este Regulamento esteve em consulta pública. A nossa deputada do Bloco de Esquerda teve o cuidado de aceder a essa documentação que esteve em consulta pública durante o tempo legal e até nos formulou algumas questões relacionadas com aquilo que esteve em consulta pública. De qualquer forma, a nossa proposta do Executivo é não queremos que ninguém esteja aqui a votar sem toda a informação. Nós informámos a Assembleia de tudo aquilo e cedemos todos os documentos que estavam em análise ou que seriam para análise. Mas não há nenhum problema se este assunto for retirado e for incluído na próxima Assembleia de Freguesia. Não temos qualquer problema nisso.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Ora então já está esclarecida a situação e todos receberam a documentação. Simplesmente vai como anexo à proposta. Há aí dois anexos que foram enviados. Um diz: "Anexo à proposta 333." E o diz: "Anexo à..." Não estão? Estão, estão.

Ricardo Carmo (PSD): Posso? Dá-me licença?

Ricardo Carmo (PSD): Eu pedia a quem tiver acesso, via *internet*, que verifique por favo r. No dia 02 de novembro...

Não identificado: Três. Três.

Ricardo Carmo (PSD): 03 de novembro foi enviado um e-mail com envio de alguma documentação. Foram (nesse e-mail) mandados seis documentos, que são os documentos que foram para a Assembleia e onde está o Regulamento com as taxas. Portanto, dia três. Aliás, nesse mesmo e-mail foi feita... foi no e-mail que foi feita a convocatória também para a conferência de líderes. Pronto. OK? Pronto, foi no dia 03 de novembro. Que até depois o Senhor Vogal Ricardo e eu mesmo depois aproveitámos o próprio e-mail e respondemos que estaríamos presentes na reunião de conferência de líderes. Dia 03 de novembro.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): A convocatória não pode ter sido dia 03 de novembro!

Ricardo Carmo (PSD): Senhor Presidente, eu não estou a dizer que a convocatória é de dia três. No email que o Senhor Presidente enviou no dia três... mandou enviar...

Não identificado: Não pode ser dia três, que a conferência foi dia sete!

Ricardo Carmo (PSD): Eu volto a repetir. Pronto. Não eu... na... ó Senhor Vogal o senhor tem de ter este... desculpa.

Não identificado: Está a dizer que o e-mail foi enviado a três?

Ricardo Carmo (PSD): O e-mail foi enviado a três para os líderes. Eu volto a repetir: no e-mail de dia três que foi enviado para os líderes (jmflopes@hotmail, ricardocscarmo@gmail, vitor.santos.de.oliveira@gmail, cdu.)...Não faz mal. Pronto. Não faz mal. Eu posso ir preso. Eu posso ir preso. Pronto. Nesse e-mail que foi enviado estão lá os documentos. Sim, sim. Sim, sim. E eu só estou a tentar explicar a razão. Pronto. Efetivamente houve um lapso – está fora de questão – porque... agora os documentos foram enviados para os líderes no dia três, aquando da convocatória para a conferência de líderes. E não me deixaram acabar. Efetivamente, quando saiu a convocatória, no e-mail de dia seis ou dia sete – quando saiu a convocatória! – ou dia oito ou dia nove. Nesse e-mail de dia 09 só se seguiram os outros cinco anexos e este anexo concreto não seguiu.

Não identificado: Pronto. Mas tinha seguido. Tinha seguido.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Bem, mas a gente não pode esclarecer isso que a funcionária está de férias, que precedeu à convocatória. Mas nos documentos que se constitui para esta sessão (nos documentos da convocatória) existe o ponto quatro. Estamos agora aqui a tratar.

1.º Secretário de Mesa da Assembleia: 4.3.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): 4.3. E depois existe o anexo que é os diversos regulamentos, porque o ponto 4.3.3... o ponto 4.3 é só a proposta e depois tem os anexos com quantas folhas?

2.ª Secretária de Mesa da Assembleia: 26.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): 26 folhas. Portanto... deixem-me eu explicar. Eu não consigo ver aqui o que na convocatória... o que é que foi como anexo.

Não identificado: Senhor Presidente, na convocatória como anexo só vem a primeira folha e o (Bloco de Esquerda?).

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Pronto.

Não identificado: Não vem mais nada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Eu não estava aqui atrás a tentar esclarecer com os serviços, mas penso que a Junta vai retirar a proposta. Ó Ana, vamos lá ver uma coisa tu vieste aqui, levantaste-te e disseram-me para eu retirar a proposta e eu perguntei a vocês...Ana, desculpa lá. Vocês disseram... vieste-me dizer que era melhor, visto não ter recebido retirar a proposta. E eu disse se vocês a retirarem muito bem. Pronto.Então lamento. Lamento. Recebi uma informação errada para retirar a proposta.

Ana Reis (Tesoureira): [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Ana, vocês mandaram os documentos! Ana Reis (Tesoureira): Mandámos [impercetível].

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Desde o princípio que eu estou a dizer isso! Desde o princípio que eu estou a dizer isso! Que os documentos estão aqui na minha posse e os documentos estão todos aqui. A dúvida é se foram enviados ou não.

Ana Reis (Tesoureira): A gente está a entrar no servidor. [impercetível]. [impercetível]

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Bem, eu vou esclarecer mais u ma vez. Não há dúvida que eu recebi do Executivo da Junta os documentos todos. A dúvida que subsiste é se foram todos os anexos da convocatória remetidos pelos serviços para os Senhores Vogais. A dúvida! Eu não estou a dizer que foram ou não foram! Um momento só! Vamos pôr aqui um bocadinho de ordem na Mesa. Celina, penso que é a primeira que está aí que quer esclarecer. Se faz favor.

Celina dos Santos (BE): Isto está a entrar no domínio do surreal. O Ricardo já explicou. Eu já confirmei na convocatória não veio em anexo o Regulamento propriamente dito. Este documento foi enviado apenas no dia três, na convocatória dos líderes. Resta aqui saber se os partidos estão em condição de apreciar e votar ou não. É só! Eu estou. Pergunte-se ao resto e decide-se. O Executivo não tem que retirar a proposta. Nós vamos dizer que estamos em condições ou não. Estamos aqui há dez minutos a discutir.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): (Antónia?) é importante também a tua observação.

Antónia Raminhos (PS): Eu concordo plenamente com o que a Celina disse. A questão que está aqui e também penso que... é verdade que o Regulamento de Taxas merecia e precisava ser alterado já há bastante tempo. Pronto. Uma atualização para mais ou para menos, conforme as circunstâncias e conforme também a evolução e a crise económica que vamos tendo ao longo dos tempos. Se calhar nuns mais, noutros menos, precisava efetivamente de uma correção que não foi feita anteriormente. Este Regulamento vem ainda do anterior mandato, de 2013 – 2017, salvo erro. 2014 – 2017. Mas aí estamos todos de acordo. O que eu acho que devemos chegar aqui a uma conclusão é: nem todos os que estamos nesta sala, independentemente de estarmos a favor ou contra, não temos condições porque não tivemos todos acesso à mesma informação. Isto não é uma situação tão urgente que tenha que ser hoje aqui deliberado e votado nesta sala. Portanto, o que nós pedimos ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e ao Senhor Presidente do Executivo é que seja retirado. Em dezembro iremos ter uma nova Assembleia, que é ordinária e que é obrigatória. Porque não transferir este ponto para essa Assembleia? Em vez de estarmos aqui todos – como se costuma dizer na gíria – a bater no molhado. Disse.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito bem. Portanto, o ponto... Cristina, se faz favor!

Cristina Rodrigues (CDU): Eu faço sempre ao contrário. Eu venho dizer basicamente o mesmo que a Celina disse. Nós, CDU, estamos em condições de...

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Eu vou interromper. Desde que haja, nem que seja um Vogal que não esteja em condições de votar porque não tem o documento, não se pode votar o documento. Podes continuar a falar agora.

Cristina Rodrigues (CDU): Agora já me interrompeu. Não vale a pena.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Eu peço imensas desculpas, porque se... a posição da Celina era proceder à votação. Desde que haja um Vogal na Assembleia que não esteja em condições de votar, o documento não pode ser votado. Tenham lá santa paciência, está ferido de nulidade. Senhor Presidente, se faz favor.

Cristina Rodrigues (CDU): Eu ia dizer isso e o senhor não me deixou dizer. O voto de pesar levou nove minutos a ser lido! Nove! Quando só temos direito a sete! Deixe-me acabar de falar Senhor Presidente! **Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia):** Gosto de ouvir as críticas. Inicialmente... continue-me a criticar. Eu gosto de ouvir as críticas todas. Não quero que isso fique só agravado a meio. Se faz favor inicie a sua crítica ao Presidente da Mesa.

Cristina Rodrigues (CDU): Se todas as forças políticas puderam vir aqui dar a sua opinião sobre este ponto, se era para retirar ou não retirar, e o senhor não interrompeu ninguém! Assim que eu comece

a dizer... a falar, o senhor interrompe, porque eu nunca posso... consigo... eu nunca consigo acabar as minhas intervenções! Não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira! É em todas as assembleias! Houve um voto de pesar que levou nove minutos a ser lido. Nove!! Quando só tem...Senhor... eu estou a falar! Quando o senhor... quando cada força política só tem sete minutos! E o senhor... essa leitura não foi interrompida! Nem foi avisado que já estava a exceder o tempo. E eu venho aqui, na ordem dos trabalhos, onde não tem tempo limite para dar a minha opinião, e o senhor interrompe, como de costume. Acho que... veio o PS dizer o que é que achava sobre se devia continuar ou não continuar. Mas chega a vez da CDU, chega a vez da Vogal Cristina Rodrigues.

(Luís Oliveira?): E da CDU.

Cristina Rodrigues (CDU): Chega a vez da Vogal Rodrigues, interrompida pelo Senhor Presidente da Mesa. Sempre!! Vá ver as gravações. Vá ver as atas. Obrigada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): As atas de todas as reuniões estão distribuídas. José Maria, se faz favor. Distribuídas e aprovadas.

José Maria Lopes (CDS/PP): Em relação ao voto de pesar ter sido nove minutos, recordo a esta Assembleia que o voto de pesar foi lido em reunião de câmara, em Assembleia Municipal e pela pessoa que representava e por ser um voto de pesar, nem foi contabilizado praticamente o tempo que foi... ou, não foi contabilizado o tempo de... em relação à leitura do mesmo. E, de qualquer das formas, foi nove minutos, mas se fosse... o CHEGA já me tinha dito que me daria mais dois minutos, se fosse necessário.

José Maria Lopes (CDS/PP): Obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): A Mesa também não foi informada desse facto, porque senão tinha comunicado à Assembleia e eu podia ter dito outro tempo, mas foi efetivamente 9'02. O Paulo Parracho queria falar. Senhor Presidente, se faz favor.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Era só para para reafirmar, portanto, este facto desta discussão, esta perda de tempo, é alheia ao Executivo da Junta. Nós enviámos toda a documentação e todos os vogais tiveram oportunidade de tomar conhecimento de todo o Regulamento, de todos os anexos através da consulta pública. E depois, quando abrem a documentação se vêm que falta, tal como a Vogal Cristina Rodrigues da CDU fez, solicitou à Junta a documentação em papel. Portanto, também poderiam ter solicitado: "Olhe, falta aqui documentação." E ela seria entregue. De qualquer forma, para nós não há qualquer problema. A Assembleia é soberana, se decidir que não está em condições de votar esta questão. Aquilo que eu alerto é que isto não pode servir de precedente, porque o Senhor Presidente da Mesa diz que basta que um Vogal diga que não está em condições de votar qualquer documento para ele não ser votado. E eu deixo aqui o alerta que essa situação tem que ser devidamente comprovada, porque de hoje para amanhã temos aqui um Vogal que diz: "Não, isto... eu não recebi a documentação." E poderemos ter assuntos de máxima importância – por exemplo, como o que vem a seguir – que têm que ser... que têm a ver com os cidadãos, que tenham que ser aprovados na altura e que possa surgir daí um entrave. Ou utilizando uma expressão que esteve muito em voga durante algum tempo, uma força de bloqueio. Obrigado.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Portanto, a Mesa da Assembleia, assume a total responsabilidade de os seus vogais não terem – já disse isso – recebido a documentação na totalidade. Já se percebeu o que é que aconteceu e, portanto, assume, mais uma vez, para que não fiquem dúvidas Senhor Presidente da Junta, que os documentos desta proposta vieram na totalidade para... foram remetidos para a Assembleia. Levar ao extremo que basta um Vogal dizer que não está em condições de votar, que se retira o ponto, eu recuso esta dedução, porque é evidente que não foi só apenas um, mas foram mais – se calhar a maioria da Assembleia – que não recebeu a documentação, por lapso, mais uma vez, da Mesa, da Presidência da Assembleia. Já está tipificado o documento e... o erro e, portanto, o ponto vai ser retirado. Não vai votado e entrará numa próxima reunião. Esclarecido isto, vamos ao ponto extra ordem. Penso que todos receberam – não? – o ofício 2120/2022CS. Intervenções? Celina, se faz favor.

Celina dos Santos (BE): Boa noite. Apenas um pequeno esclarecimento. O Executivo já clarificou aqui que já comparticipa por inteiro as botijas e que este vai ser um apoio suplementar. A minha

preocupação, esta medida, se percebi bem, é até ao final deste ano apenas, sendo que falta muito pouco tempo. Portanto há alguma estratégia em particular para difundir esta medida, além das redes sociais, porque as pessoas mais vulneráveis não têm necessariamente uma rede social. [03:10:00] Alguma parceria com o SMAS para informar na fatura ou mandar um SMS? Qual é, de facto, o plano de divulgação que há aqui para ter a certeza que se explora ao máximo esta medida no contexto da nossa freguesia?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Faz favor, Senhor Presidente.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): É assim: este é um apoio supl ementar do Estado em que praticamente todas as pessoas que estão contempladas por esta legislação — isto resulta de um Decreto-Lei, de um despacho aliás, resulta de um despacho - já são abrangidas pelos apoios que a Junta de Freguesia dá. É claro que podem aparecer mais alguns, porque, infelizmente, - e é uma questão que temos falado aqui muito - há pobreza encapotada, há pobreza tímida que não aparece a pedir ajuda e nem sempre é possível ir ao seu encontro ou detetá-la. De qualquer forma, vamos divulgar pelos meios que forem possíveis. Agora este assunto foi muito divulgado na televisão, porque pronto, o Governo fez, enfim, a sua divulgação e logo a partir daí apareceram pessoas a reclamar os 10,00€, logo no dia a seguir. E a questão não estava regulamentada. Só recebemos a documentação, aliás, como está aqui. Eu há pouco tinha dito que foi ontem ou antes de ontem, foi exagero. Foi no dia nove, foi no próprio dia da reunião de Executivo e também entrou como extra ordem, para que rapidamente possamos atribuir os 10,00€ a quem os solicitar. E não sei como é que hei de dizer isto, mas é assim: se a Junta paga 30, se o Governo dá 10, obviamente que poderemos ir buscar os 10,00€ que está... enfim, não estamos a fazer nada de ilegal e então pelo menos estão-nos a ajudar a pagar a bilha de gás que nós já pagamos na totalidade. Porque isto... este protocolo... ou, esta questão tem retroativos a setembro e vai até ao fim de dezembro, mas os apoios da Junta vão muito para além disso, obviamente.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Vogal Cristina Rodrigues da CDU, se faz favor. Mais uma vez. Se faz favor.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): De qualquer forma, está implícito neste folheto que nós temos andado a distribuir e vamos distribuir, enfim, nas zonas mais vulneráveis da freguesia e noutras que até pensamos que não são vulneráveis. Não, mas têm... podem ter... por exemplo, vamos falar da Quinta da Beloura. Se calhar não há lá muita gente a precisar disto, mas alguns funcionários de algumas casas ditas ricas se calhar precisam muito. Por isso vamos distribuir isto em todas as caixas de correio. Está bom? Obrigado.

Cristina Rodrigues (CDU): Eu venho só tirar uma dúvida. Segundo eu percebi do que, pronto, saiu da legislação em relação a isto é do que está aqui escrito, não são só as pessoas que têm apoios sociais que têm direito a receber, porque dizem que é quem é beneficiário da tarifa social de eletricidade, porque podem não receber apoios... eu, por exemplo, tenho a tarifa social de eletricidade. Por exemplo. Não é? Mas podem... não é só aqueles que recebem apoios sociais

Paula Bento (Vogal): Isto é, um apoio atribuído pelo Estado ao qual a Junta é alheia. O Estado decidiu quem está elegível para receber este apoio é as pessoas que têm e que beneficiam da tarifa social. Para beneficiar da tarifa social é necessário também ter alguns critérios, ou seja, receber a RSI, receber complemento solidário para idoso. Por aí fora. Portanto isto é algo que nos ultrapassa. Agora, o que o Estado decidiu foi que quem faria este pagamento às populações era a Junta de Freguesia, porque acordou com a ANAFRE, que seria assim. E é isso que nós estamos a cumprir. Agora a forma que o Estado entende nós temos que cumprir. É aquilo que vem aqui no protocolo.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Já agora só acrescentar.

Cristina Rudrigues (CDU): Ó Senhor Presidente, é porque me assustou. A sua última frase assustoume.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Qual?

Cristina Rodrigues (CDU): Quando você disse que ir buscar os 10,00€. Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): [impercetível].

Cristina Rodrigues (CDU): Eu peço desculpa, mas pronto, eu vinha tirar esta dúvida que falei anteriormente e, entretanto, quando acabou [impercetível] eu assustei-me. Digo assim: el e vai retirar os 10,00€?! Por vocês darem o apoio... porque é uma coisa independente da outra. Certo? Pronto.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Não, não. Não está em causa. Eu se calhar expliquei-me mal. O que eu estava a dizer é assim: as pessoas – todas as pessoas estão no critério que é aqui apontado por esta proposta do Governo – já são apoiadas pela Junta de Freguesia. Agora tenho a certeza que há mais pessoas que estão neste critério e que ainda não são apoiadas pela Junta de Freguesia, ou porque não chegámos a elas, ou porque as pessoas não chegaram até nós. Daí esta nossa comunicação para todas as caixas de correio que a Junta tem disponíveis estes apoios sociais. Quando eu digo recuperar os 10,00€ é assim: uma vez que já pagámos a estas pessoas a bilha por completo, pelo menos a Junta recupera algum dinheiro daquele montante, mas sem prejudicar ninguém. Agora é assim: se o Governo atribui 10,00€ por cada bilha de gás, se nós pagamos 30, pelo menos assim repartirmos, como se diz, o mal pelas aldeias. Olha, o Governo paga dez e nós pagamos 20. E esses 10,00€ – isso é bom que fique aqui assente – que eventualmente recebermos serão todos destinados à intervenção social. Obviamente não é para fazer festas.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Claro, não recebem a bilha mais 10,00€, não é? Exatamente.

Não identificado: [impercetível] Partido Socialista?

Cristina Rodrigues (CDU): Ai eu troco. Como a Junta paga... porque os 10,00€ e diretamente à pessoa, não é... os 10,00€... portanto, o Governo Central transfere a verba para as juntas. E essa... dos 10,00€, certo?

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): [impercetível].

Cristina Rodrigues (CDU): Exato. Mas isso é entregue diretamente à pessoa, certo? Pronto. O que o Senhor Presidente está a dizer...

Paula Bento (Vogal): Mediante apresentação da fatura [impercetível].

Cristina Rodrigues (CDU): Sim. Agora a questão é: como vocês pagam a bilha por inteiro os 10,00€ ficam na Junta, não vão para pessoa? Porque vocês já pagaram a bilha.

Não identificado: Não recebem a bilha e mais 10,00€?

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Posso?

Cristina Rodrigues (CDU): Pode.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): É assim: há uma plataforma – isto aqui não há margem para dúvidas – digital onde se introduz os dados da pessoa e a plataforma diz logo se a pessoa tem direito ou se não tem direito. E a pessoa entrega a fatura na Junta de Freguesia e recebe logo os 10,00€ adiantados pelo Orçamento da Junta. Já foram criados mecanismos para que esse pagamento seja feito de imediato, porque a pessoa não vai à Junta entregar a fatura e depois vai lá noutro dia receber, vai-se aos 10,00€ em... vai-se o caldo em provas, como se costuma dizer. Aquilo que eu disse é: portanto, as pessoas que vão lá com uma fatura é porque não têm apoio ainda – são as pessoas que não têm apoio ainda – recebem imediatamente os 10,00€. Aqueles que já receberam o apoio total, nós temos as faturas para introduzir, para sermos nós ressarcidos daquela parte de apoio que o Estado garante. Percebeu? OK.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Miguel Fonte, se faz favor. E depois Victor Oliveira, um pedido de esclarecimento.

Miguel Fonte (CHEGA): Esta última temática que se falou aqui é um bocado triste. Isto é o Socialismo/Comunismo a funcionar. É o dar as migalhas às pessoas. Eu faço voluntariado há muitos anos e sei daquilo que falo. É dar as migalhas às pessoas. Se calhar gastou-se mais dinheiro a criar Regimento, ao escritório de advogados que criou esta lei para dar os 10,00€ do que o dinheiro que vai ser efetivamente dado às pessoas. E se calhar vai acontecer o mesmo que aconteceu com os 125,00€ e com os 50,00€. Ali em São Pedro, a [impercetível] e o [impercetível] e não-sei-quê é que vão receber e realmente quem precisa não recebe. Porque isto aqui, da maneira que está feito, é para esse tipo de pessoas receber. E realmente os portugueses da classe média que estão a passar dificuldades, mais uma vez vão ficar fora. E volto a dizer, esta política... se calhar se mandarem um camião TIR ali a

Espanha, em que as garrafas de gás são a metade do preço e trouxerem um caminhão carregado, se calhar é mais efetivo do que isto que se está aqui a discutir. Isto é de facto o Socialismo/ Capitalismo, que é a coisa mais triste que... [03:20:00] enfim, faltam-me palavras.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Victor Oliveira, se faz favor.

Victor Oliveira (PS): Eu queria fazer um pedido de esclarecimentos porque eu concordo com aquilo que está a dizer, não tenho dúvidas. A minha questão é: isso é um mecanismo de compens ação, certo? A lei permite fazer isso? É uma dúvida. Não tem juízo de valor. É uma dúvida! Permite... é porque a questão é que a lei dirige esses 10,00€ às pessoas, a Junta já paga 30 – OK? – e depois o Presidente diz: "Eh pá, compensamo-nos" Não?

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): [impercetível].

Victor Oliveira (PS): Só pagam 20.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): [impercetível].

Victor Oliveira (PS): Pronto. É nesse mecanismo de compensação que eu tenho dúvida – completa dúvida! – se, ao abrigo da lei, a Junta pode fazê-lo. Está a ver? Porque até me parece lógico. Agora a lei permite fazê-lo? Porque a lei é específica nisso.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): A questão é assim: – só tínhamos então uma opção – "Olhe só recebe 10, não recebe os 30." Nós queremos que as pessoas recebam os 30 na mesma, mas têm direito aos 10, então nós depois damos os 20 para compensar.

Ana Reis (Tesoureira): Nós pagamos à pessoa.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Claro. Nos paga à pessoa.

Victor Oliveira (PS): [impercetível].

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Claro, claro, claro, claro. Sim, sim.

Victor Oliveira (PS): [impercetível] pedido de esclarecimento.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Isso pode ser feito.

Ana Reis (Tesoureira): Já o mandámos.

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Aliás...

Ana Reis (Tesoureira): Já o mandámos.

Victor Oliveira (PS): "Nós fazemos isto, podemos (complementar?)?

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Claro. Aliás, eles na plataforma têm uma série de perguntas e respostas. Pronto, como compreendem, esta questão é muito recente. Foi um bocado atabalhoada. Foi decidida assim, em cima do joelho. O protocolo, como vêm, surgiu no dia nove. Estamos aqui mesmo em cima dele. Há questões que ainda temos que esclarecer, mas a plataforma é taxativa. Inclui-se lá os dados e a plataforma decide logo se pagam, se não pagam.

Victor Oliveira (PS): Com toda a abertura, aí o Executivo terá que se defender, digamos assim, porque amanhã pode haver um freguês que diga: "Eles ficaram com o meu!" Não é? Não sendo verdade, não é? E aí a Junta tem um parecer, ou tem uma opinião, ou um esclarecimento do próprio Governo a dizer assim: "Não, não, nessas circunstâncias podem compensar." Pronto. Essa é a questão.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Bem, não há mais ninguém inscrito? Portanto, está em votação o ponto extra ordem. Quem vota a favor? Pois. Portanto, Partido Socialista, seis; CDU, dois; Bloco de Esquerda, um; PSD, cinco; CDS dois; Iniciativa Liberal, um. Quem vota contra? Quem se abstém? Duas abstenções do CHEGA. Portanto, foi aprovado com 17 votos a favor, se não me engano. E dois... e duas abstenções. É meia-noite, penso que vai entrar aqui um requerimento. Fazer aprovar a ata em minuta. De acordo com o Regimento propor que a Assembleia... letra em hieroglífico que eu não percebo.

1.º Secretário de Mesa da Assembleia: Prossiga para depois [impercetível] até à conclusão.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Prossiga para depois das 24 horas... eu vou ler. "De acordo com o Regimento [é o requerimento] em vigor, propomos que a Assembleia prossiga para depois das 24 horas até à conclusão da Ordem de Trabalhos, aquando do início da sessão."

Paulo Parracho (Presidente da Junta de Freguesia): Não é preciso.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, aprovado por unanimidade. Vamos proceder à elaboração da ata em minuta. Eh pá, deixem vir papéis. Isto correu tão bem que até mais um papel não faz mal. Bem, vamos lá ter atenção à ata em minuta n.º 6 – "Terceira reunião extraordinária ao abrigo do dispo sto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 setembro..." eu agradecia silêncio que estamos a ler a ata em minuta.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): ...na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias... eu vou repetir ata em minuta n.º 6 -

"Terceira reunião extraordinária ao abrigo do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei 75/2013 de 12 setembro a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Sintra, Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim, reunida em terceira sessão extraordinária, no dia 16 de novembro, pelas 20h30, nas instalações do Grupo Desportivo e Recreativo de Manique de Cima, situado na Rua Fernando Pessoa, n.º 12, Manique de Cima, tomou as seguintes deliberações:

- Foi aprovada por unanimidade a inclusão na ordem do dia desta sessão do ponto 4.5 para a Proposta n.º 369 UFS/2022, referente ao apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários da tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas.
- 2) PAOD foram apresentadas e votadas as seguintes moções: voto de pesar apresentado pelo CDS pelo falecimento do Prof. Dr. Adriano Moreira, no passado dia 23.
 Deliberação:
- Aprovada por maioria com 16 votos a favor (seis PS, cinco PSD, dois CDS, dois do CHEGA e um da Iniciativa Liberal) e três votos contra (dois da CDU e um do Bloco de Esquerda).
- 4) POD (Período da Ordem do Dia) 4.1. Leitura e votação da ata n.º 5/ 2022 da terceira sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de 30/09/2022.
 Deliberação:
- Aprovada por unanimidade pelos vogais presentes nesta sessão e que estiveram presentes na sessão de 30/09/2022, com alteração indicada pelos vogais do Bloco de Esquerda. Sessão onde esteve presente Manuel Silva em vez de Celina Santos, conforme consta na ata.
- 4.2. Leitura e votação da Proposta n.º 316 UFS/2022, referente ao Regulamento de Proteção de Dados, enquadrado na Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e Política de Gestão de comentários nas redes sociais.

Deliberação:

- Aprovada por maioria com 18 votos a favor (seis PS, cinco PSD, dois CDS, dois CDU, um Bloco de Esquerda e dois do CHEGA) e um voto contra (um Iniciativa Liberal).
- 4.5. Leitura e votação da proposta 369UFS/2022, referente ao apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários da tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas.

Deliberação:

– Aprovada por maioria com 16... 17 votos a favor (seis PS, cinco PS, dois CDS, dois CDU, um Bloco Esquerda, um Iniciativa liberal) e duas abstenções (duas do CHEGA).

Por ser verdade e para constar, foi lavrada a presente minuta da ata e aprovada no final da reunião. Manique de Cima, 16/11/2022.

O Presidente da Mesa da Assembleia Eduardo Duarte Casinhas."

Victor Oliveira (PS): Pode ter sido defeito meu, porque eu não ouvi [impercetível].

2.ª Secretária de Mesa da Assembleia: Claro que não, não houve (autorização?). [impercetível]. [impercetível]

2.ª Secretária de Mesa da Assembleia: Pois. Foi retirado.

[impercetivel]

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Tal não consta... terminei a leitura da ata em minuta. São as deliberações que são tomadas. Tal como não consta a retirada do ponto 4.4.

Victor Oliveira (PS): Tem de dizer [impercetível]. Isso não é assim. Não se suprime. Foi retirado. [impercetível].

Sofia Dionísio (Jurista): Foi retirado pela Junta. Não foi deliberada.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Informação dos serviços jurídicos que o ponto foi retirado. Foi retirado pela Mesa. Não houve deliberação, portanto...

Victor Oliveira (PS): É por isso que tem de o dizer. Não, desculpe, a ata tem de refletir a quilo que se passou. A ata em minuta não suprime – isto é obedecer à lei – nada da Ordem de Trabalho s. É (dizer?) que foi retirado, ou porque não foi votado, ou pelo que for, mas tem de dizer! (É simples?).

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): A informação que tenho clos serviços jurídicos – e continuo a dizer – é que são só as deliberações. Esta não houve deliberação, po rque a Mesa retirou.

Victor Oliveira (PS): Isso não é verdade.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Não é o quê? A Mesa não retirou o 4.4 e o 4.5?!

Victor Oliveira (PS): Não é verdade [impercetível].

Sofia Dionísio (Jurista): Posso ler o artigo n.º 3?

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Um momento só! Um momento só! Sofia Dionísio (Jurista): Posso ler? Posso ler o n.º 3 do artigo 57.º? Diz assim: "As atas e o texto das deliberações podem ser aprovadas em minuta no final das sessões." (Vá ver?). As deliberações! Não houve deliberação. Foi retirado pela Junta.

[Vários - impercetível]

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Bem, vamos pôr à votação a ata em minuta. Victor Oliveira (PS): Não.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Não? Não querem votar, não votem.

Victor Oliveira (PS): Agora não votamos.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Quem vota a favor?

Victor Oliveira (PS): Isso vai contra a lei.

Eduardo Casinhas (Presidente da Mesa da Assembleia): Portanto, dois... um voto da CDU, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Iniciativa Liberal, dois do CHEGA, dois do CDS e cinco do PSD. A CDU é só um voto, não é? Ou são dois? Eu estou a perguntar se o CDU... é um voto ou são dois? É só um voto, não é? Respondam se faz favor. Não compliquem. Obrigado, Vasco. Obrigado. Quem vota contra? Seis votos contra do Partido Socialista e um da CDU. Portanto a ata em minuta foi aprovada com. 12 votos a favor, Sete contra. A sessão está encerrada.

O resto de uma boa noite para todos.

O Presidente da Mesa da Assembleia

(Eduardo Duarte Casinhas)



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SINTRA (STA. MARIA E S. MIGUEL, S. MARTINHO E S. PEDRO PENAFERRIM)

LISTA DE PRESENÇAS

		יו מוח	W DE LVEZE	MCAS	
3ª SESSÃO	Extraordinária	DATA	16/11/2022	LOCAL	Grupo Desportivo E Recre Manique de Cima
PARTIDOS		NOME		A CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR	ASSINATUR
	Antónia das Dores Ba	ião Raminl	nos		Authiria
	Henrique Monteiro Br	raga		***************************************	Harina By
PS	Carlos Alberto Moreir	a da Costa		***************************************	Mulk
13	Alexandre Luis Quinh	ones Gaiol	as	o	Alexande Lay
	Paulo Jorge Gaspar Go	odinho	The state of the four of many local feet had the state of		2-1-6-10
	Victor Manuel dos Sai	ntos Olivei	ra	rice of a Badder (18 (1886) - Mayor Care (1, 1 (1) a State and a discussion of the Care (1886) - Mayor (1886)	Messadoon
PPD/PSD	Eduardo Duarte Casir	nhas			
	Frederico Miguel da S	Silva Madei	ira		
	José Mário Gastalho N	Meireles	Control of the Control of the production of the Control of the Con	(
\$ 100 PT	Paula Fernanda Maçã	s Vendas	The same to the same to the same parties to the same same same same same same same sam	+	Partition
1804 - 1806 - 1806 - 1806 - 1806 - 1806 - 1806 - 1806 - 1806 - 1806 - 1806 - 1806 - 1806 - 1806 - 1806 - 1806	Ricardo Constantino	Santos do	Carmo	of the state of th	1111
CDS-PP	José Eduardo Milheir	o Cabral B	otelho	THE THERE IS NO THE PARTY OF TH	B
	José Maria Francisco	Lopes		Marife Mariera III, see al Calabaguag d'August Austre	
CDU - PCP -	Maria Cristina Miran	da Rodrigu	ies	**	Contractor
PEV	Vasco Miguel dos Sar	itos Ramos	S		Varco Paris
CHEGA	Rui Miguel Quintas d	a Fonte			A. It
CHEGA	Marta Mónica Bugalh	o Andrade	e de Melo		1000
BE	Celina Marques dos S	Santos	mental tajan yali sessa kesangan pagamakan katalan dalam dan sessa kesahar		1.43
IL	Ricardo Miguel Olive	ira Duarte			Marile Qu
		O PRES	IDENTE DA AS	SEMBL	

EDUARDO DART CASINHAS

	le Sintra	Penaferrim)		EGUESIA	DE MANIQUE DE CIMA	DA VOGAL SUBSTITUTO TÓRIA	is 10h47 Camilo	is 15h54 José Eduardo Milheiro Cabral Botelho	is 17h07		
D. S. WIND WIND	Freguesias	São Pedro de	GAIS	ABLEIA DE FRI	RECREATIVO I	DATA DA CONVOCATÓRIA	mail de 09/11 ás 10h47	mail de 09/11 ás 15h54	mail de 11/11 ás 17h07		
De la	Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Sintra	(Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim)	SUBSTITUICÃO DE VOGAIS	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA	GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DE MANIQUE DE CIMA	DATA DA COMUNICACÃO	09/11 ás 12h06	mail de 11/11 ás 16h58			
Samuel Sa	Assembleia de	(Santa Maria e São l		3ª SESSÃO EXT	LOCAL	VOGAL A SUBSTITUIR	Susana Maria Gonçalves de Miranda	Cristina Maria da Conceição Martins Camilo	José Eduardo Milheiro Cabral Botelho		
					114TA-16/11/2022	PARTIDO	CDS/PP	CDS/PP	CDS/PP J		

					UE DE CIMA	VOGAL SUBSTITUTO	Vasco Miguel dos Santos Ramos				
D GD T	eguesias de Sintra	o Pedro de Penaferrim	S	EIA DE FREGUESIA	GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DE MANIQUE DE CIMA	DATA DA CONVOCATÓRIA	mail de 11/11 ás 15h38	mail de 09/11 ás 10h47			
D S REAL S MAN WAY S WAY WAY S WAY WAY S W	Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Sintra	uel, São Martinho e São	SUBSTITUIÇÃO DE VOGAIS	3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA	GRUPO DESPORTIVO E	DATA DA COMUNICAÇÃO	mail de 11/11 ás 15h01				
BE CONTRACTOR OF THE PARTY OF T	Assembleia de Freg	(Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim)	IS	3ª SESSÃO EXTRAO	LOCAL	VOGAL A SUBSTITUIR	Luís Manuel Venâncio Franco de Oliveira				
					TA-16/11/2022	PARTIDO	וועט				



Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Sintra

(Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim)

SUBSTITUIÇÃO DE VOGAIS

	3ª SESSÃO E	KTRAORDINÁRIA DA AS	3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA	
DATA: 16/11/22	LOCAL:	GRUPO DESPORT	GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DE MANIQUE DE CIMA	VIQUE DE CIMA
PARTIDO	VOGAL A SUBSTITUIR	DATA DA COMUNICAÇÃO	DATA DA CONVOCATÓRIA	VOGAL SUBSTITUTO
USd/Udd	Vítor Hugo Ferreira Macias.	mail de 15/11 às 18h36		Maria Carlota Caldeira Burnay Lavos
USd/Udd	Flsa Maria Félix Pinto Vasques	mail de 15/11 ás 16h06	mail de 15/11 ás 16h06 mail de 09/11 ás 10h47	António Francisco Horta Nova Carvalho
USd/udd	António Francisco Horta Nova Carvalho	mail de 15/11 ás 16h48	Telefonema de 15/11 ás 16h24	de 15/11 ás 16h48 Telefonema de 15/11 ás 16h24 Paula Fernanda Tojeira Maçãs Vendas
DPD/PSD	Paula Fernanda Tojeira Maçãs Vendas		mail de 15/11 ás 16h47	
PPD/PSD	Maria Carlota Caldeira D'Ordaz Burnay	mail de 16/11 às 9h40 mail de 16/11 às 10h18	mail de 16/11 às 10h18	José Mario Gastalho Meireles
DPD/PSD	José Mario Gastalho Meireles		mail de 16/11 às 10h31	

D. S.	
5/10/0	1
O THE STATE OF THE	
THOUGHT AND THE PARTY.	
Samuel	

		5
intra	Assembleia de Freguesia da Unido das Freguesias de Simua	(minney
S ab se	שה כב	ב
,inocin	gacard	-
Loc Dwo	lds ric	5
30	niaoc	
17 - 1	a da u	
	eguesi	
	de Fr	
	nbleia	
	Assen	0
-		

	Assembleia d	Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Sillua	rreguesias de Jinda	
	(Santa Maria e Sã	(Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim	ão Pedro de Penaferrim	
		SUBSTITUIÇÃO DE VOGAIS	AIS	
	3ª SFSSÃO EXTRA	XTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA	BLEIA DE FREGUESIA	
	10041.	CRIPO DESPORTIVO E RECREATIVO DE MANIQUE DE CIMA	ANIQUE DE CIMA	
DATA: 16/11/22	LUCAL		DATADA	OTHER PROPERTY.
PARTIDO	VOGAL A SUBSTITUIR	DATA DA COMUNICAÇÃO	CONVOCATÓRIA	VOGAL SUBSTITUTO
ATIOTATION	Autémin due Doras Baião Baminhos		mail de 09/11 ás 10h47	
SUCIALISTA	Alltollia das Doles Daias ramana	mail de 09/11 ás 12h43 (1)	mail de 09/11 ás 10h47	Lara Sofia Fernandes Guerreiro
SOCIALISTA	And Lucia Ferenta dos Santos		mail de 09/11 ás 10h47	
SOCIALISTA	Carlos Alberto Morena da Costa	mail de 09/11 ás 16h52 (5)	mail de 09/11 ás 10h47	Henrique Monteiro Braga
SOCIALISTA	Bruno Filipe da Silva Salitos		mail de 09/11 ás 10h47	Marco Paulo Pinto Correia
SOCIALISTA	Mafaida Aives da Silva	Illian de 07/ 11 do 1200 (-)	mail de 09/11 ás 10h47	
SOCIALISTA	Vítor Manuel dos Santos de Oliveira		man uc 07/11 as 15h54	Maria Raduel Eduardo da Silva
SOCIALISTA	Lara Sofia Fernandes Guerreiro	mail de 09/11 as 16h13 (3)	mail de 09/11 as 13ii34	Maria Daniel Eduardo da Silva
SOCIALISTA	Marco Paulo Pinto Correia	mail de 15/11 ás 11h25	mail de 09/11 as 16n46	Maria Kaquei Eduardo da Sirva
SOCIALISTA	Maria Raquel Eduardo da Silva	mail de 09/011 ás 16h46 (4)	mail de 09/011 ás 16h42	Quinhones Gaiolas
A TPO 1 1 10 CO	Alexandre Luís Albuquerque		mail de 09/11 ás 17h06	
SUCIALISTA	Quinhones Gaiolas	(2) (1) (2) (3) (3)	17h06	Maria Odete dos Santos Mata
SOCIALISTA	Cláudia Maria da Silva Duarte	mail de 10/11 as 09012 (0)	mail de 02/11 as 1/1100	
SOCIALISTA	Henrique Monteiro Braga	Cont.	mail de 09/11 as 1/1150	Honrigue Monteiro Braga
SOCIALISTA	Maria Odete dos Santos Mata	mail de 10/11 ás 10h38 (/)	mail de 10/11 ds 02/122	Maria Helena Freitas Nobre
SOCIALISTA	Rui Manuel Simões Fontainhas	1777	ווומוו מב דח/ זד מז דדווקד	Bruno Miguel de Andrade
SOCIALISTA	Maria Helena Freitas Nobre	mail de 15/11 ás 15h09	mail de 15/11 ás 15h23	Ganhão
SOCIALISTA	Bruno Miguel de Andrade Ganhão	mail de 15/11 ás 13h12	mail de 15/11 às 14h34	Ricardo da Silva Martins Oliveira Hilário
SOCIALISTA	Ricardo da Silva Martins Oliveira Hilário	mail de 15/11 ás 13h28	mail de 15/11 às 14h38	Adília Maria da Silva Fernandes Gomes

SOCIALISTA	Adília Maria da Silva Fernandes Gomes	Recebi telefonema ás 13h16, informando que está no Hospital de Stª. Cruz com a filha que está internada, e não pode comparecer na AF. Justificado	telefonema ás 13h16, Telefonema recebido para a ando que está no al de Stª. Cruz com a email acessível. ue está internada, e de comparecer na AF.	Paulo Jorge Gaspar Godinho
SOCIALISTA	SOCIALISTA Paulo lorge Gaspar Godinho		mail de 15/11 às 14h42	



Voto de pesar

No passado dia 23 de outubro faleceu, aos 100 anos, o Professor Doutor Ad riano José Alves Moreira, personalidade referencial no CDS e figura maior da história recente de Portugal.

Nasceu a 6 de setembro de 1922 em Grijó de Vale Benfeito, perto de Macedo de Cavaleiros foi um português no superlativo, representou o melhor da Nação em muitos tempos diferentes, foi um Homem completo em todas as dimensões e encarnou como poucos os valores da democracia-cristã que teve como essencial ao regime e fundamental no CDS.

Enquanto jovem, começa por ser simpatizante da Oposição Democrática, assinando uma lista do Movimento Unidade Democrático (MUD) em 1945.

Enquanto advogado, foi o responsável pela petição do primeiro *habeas corpus* de que há memória em Portugal: a favor do general Marques Godinho e do almirante Mendes Cabeçadas, com base no argumento de que, tratando-se de militares, não podiam estar detidos no Hospital Júlio de Matos, às ordens da Polícia Política. Na sequência deste processo foi detido na prisão de Aljube, onde foi companheiro de cela de Mário Soares.

Concorreu a professor na Escola Superior Colonial, atual ISCSP, da qual chegou a ser diretor, contribuindo para a reforma da instituição, tendo iniciado o estudo da sociologia, ciência política, relações internacionais e ciências associadas como a estratégia e geopolítica.

Durante três anos - de 1957 a 1959 - foi o delegado de Portugal na ONU.



Em 1959 é nomeado subsecretário de Estado da Administração Ultrama rina e ministro do Ultramar em 1961, pasta que manteve até 1963.

Nos dois anos em que teve a pasta de ministro do Ultramar, o Professor Doutor Adriano Moreira viria a estabelecer uma política reformista, que teve como principal marca a abolição do Estatuto de Indigenato (que impedia a quase totalidade dos habitantes das colónias de adquirir a nacionalidade portuguesa), permitindo aos indígenas aceder apenas à cidadania portuguesa e também à educação.

Enquanto ministro do Ultramar fundou o ensino superior nas colónias, ao fazer arrancar os Estudo Gerais Universitários em Angola e Moçambique.

Como governante extinguiu o trabalho forçado e publicou o Código do Trabalho que o Bureau International du Travail considerado o mais avançado de África.

António Oliveira Salazar não concordou com algumas das suas políticas e ameaçou-o de que mudaria de ministro se não as alterasse. Ao que o Professor Doutor Adriano Moreira respondeu: "Vossa Excelência acaba de mudar de ministro".

Regressa então ao ISCSP, onde a par da atividade como docente desempenhada no Instituto Superior Naval de Guerra, contribui para o derrube das barreiras entre os universos civis e militares.

Depois da revolução do 25 de Abril, volta a abandonar o ISCSP, na sequência



de um processo de saneamento (com mandato de prisão) por ter exercido cargos governamentais durante o Estado Novo.

Exilou-se no Brasil onde foi professor na Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Escola de Comandos e de Estado-Maior e ainda na Escola Naval de Guerra do Brasil.

Em 1977, o Professor Doutor Adriano Moreira regressa a Portugal onde, com os seus direitos repostos e podendo regressar ao ISCSP, adere ao CDS.

Liderou o CDS entre 1986 e 1988, altura em que também foi eleito vicepresidente da União Europeia das Democracias Cristãs.

Foi deputado (1980-1985), vice-presidente da Assembleia da República, entre 1991 e 1995, ano em que a ONU lhe atribui a medalha dos 50 anos, a única dada a uma personalidade portuguesa.

Abandonou a atividade político-partidária em 1995, mas continuou sempre atento ao que se passava em Portugal e no mundo e é autor de uma vasta obra sobre política, direito e conjuntura portuguesa.

Em 2015 é indicado pelo CDS-PP para o Conselho de Estado, onde exerceu funções até 2019.

Além da licenciatura pela Universidade de Direito de Lisboa foi ainda doutorado em Direito pela Universidade Complutense de Madrid, doutor honoris causa pelas universidades portugueses da Beira Interior e Aberta e brasileiras de Manaus, São Paulo, Bahia, Brasília e Rio de Janeiro, curador da Universidade



Cândido Mendes (Rio de Janeiro) e professor honorário da Universidade de Santa Maria (Brasil). Foi ainda professor do Instituto Superior Naval de Guerra e da Universidade Católica Portuguesa.

Foi nomeado, em 1998, presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, cargo de que se demitiu no final de 2006.

Foi autor de uma vasta e muito importante obra.

Foi curador honorário da Fundação Oriente (Lisboa), presidente honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa, fundador e presidente honorário da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, membro das academias brasileiras de Letras, Pernambucana de Letras, Internacional de Direito e Economia de São Paulo, das academias da Marinha de Lisboa e das Ciências de Lisboa, da Academia de Ciências Morales y Politicas de Madrid e da Academia Portuguesa da História.

Foi ainda, designadamente, membro do Conselho da Fundação Luís Molina da Universidade de Évora, presidente do Conselho de Fundadores do Instituto D. João de Castro, presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Ciência Política, presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa, presidente do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa e presidente da Academia das Ciências de Lisboa.

Foi distinguido com a grande-oficial da Ordem do Infante D. Henrique, cavaleiro grã-cruz da Ordem de África, tendo sido ainda condecorado com a Royal Victorian Order, a Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica, a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo e a Grã-Cruz da



Ordem de São Silvestre Magno, juntamente com as medalhas de Mérito Cultural, da Defesa Nacional (1.ª Classe), do Exército de D. Afonso Henriques (1.ª Classe), Militar de Serviços Distintos da Marinha (grau ouro) e de Mérito Aeronáutico.

O Professor Doutor Adriano Moreira foi um dos mais persistentes e profundos defensores do humanismo cristão em Portugal.

Deixou um legado e uma vida longa de trabalho, docência e serviço, pensamento e livros, causas, visão geopolítica e liderança, que marcaram cada um dos lugares por onde passou, nas Universidades, nas Nações Unidas, no Governo, na Assembleia da República e no CDS.

A sua ligação a Sintra ocorre em 1968 onde casou na extinta freguesia de São Martinho com Isabel Mónica Mayer, casamento que completou em agosto último 54 anos.

Assim, os Elementos do CDS-PP propõem a esta Assembleia de Freguesia,

Prestar homenagem ao Professor Doutor Adriano José Alves Moreira, guardar um minuto de silêncio em sua memória e endereçar à família, as mais sentidas condolências.

Após aprovação enviar o presente voto à família, à direção do ISCSP e à direção nacional do CDS/PP.